

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	72
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	574.439
Preferenciais	0
Total	574.439
Em Tesouraria	
Ordinárias	36
Preferenciais	0
Total	36
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.759.890	2.588.231
1.01	Ativo Circulante	1.377.279	288.691
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.284	17.925
1.01.01.01	Caixa e Bancos	34	128
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	47.250	17.797
1.01.02	Aplicações Financeiras	61.064	70.167
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	61.064	70.167
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	61.064	70.167
1.01.03	Contas a Receber	1.263.021	190.056
1.01.03.01	Clientes	1.221.254	161.968
1.01.03.01.01	Valores a Receber de Clientes	191.208	152.886
1.01.03.01.02	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	200	10
1.01.03.01.03	Direitos de Créditos Autônomos	1.029.846	9.042
1.01.03.01.04	Contrato de Opções Flexíveis-Venda	0	30
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	41.767	28.088
1.01.03.02.01	Credit Suisse	41.767	28.088
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.442	8.133
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.442	8.133
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.442	8.133
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.468	2.410
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.288	2.347
1.01.08.01.01	Imóveis para Venda	2.288	2.347
1.01.08.03	Outros	180	63
1.01.08.03.01	Outras Contas	180	63
1.02	Ativo Não Circulante	1.382.611	2.299.540
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.154.993	2.169.183
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	77.393	115.152
1.02.01.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	77.393	115.152
1.02.01.04	Contas a Receber	1.057.148	2.025.020
1.02.01.04.01	Outras Contas a Receber	1.047.739	1.999.193
1.02.01.04.02	Contrato de Opções Flexíveis-Venda	9.409	25.827
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.452	29.011
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	2.532	2.664
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	17.920	26.347
1.02.02	Investimentos	227.574	130.307
1.02.02.01	Participações Societárias	227.574	130.307
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	227.574	130.307
1.02.03	Imobilizado	44	48
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	44	48
1.02.03.01.01	Imobilizado	44	48
1.02.04	Intangível	0	2
1.02.04.01	Intangíveis	0	2
1.02.04.01.02	Intangível	0	2

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.759.890	2.588.231
2.01	Passivo Circulante	1.179.761	142.163
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.510	1.082
2.01.01.01	Obrigações Sociais	213	245
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	213	245
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.297	837
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas	1.297	837
2.01.02	Fornecedores	206	186
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	206	186
2.01.02.01.01	Fornecedores	206	186
2.01.03	Obrigações Fiscais	389	3.309
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	386	3.308
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	517
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	386	2.791
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3	1
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	3	1
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.152.781	108.257
2.01.04.02	Debêntures	1.152.781	108.257
2.01.04.02.01	Debêntures	1.087.486	62.387
2.01.04.02.02	Contrato de Opções Flexíveis-Compra	65.295	45.870
2.01.05	Outras Obrigações	24.875	29.329
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.429	56
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.429	56
2.01.05.02	Outros	23.446	29.273
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	23.446	29.273
2.02	Passivo Não Circulante	963.624	1.914.712
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	943.167	1.904.574
2.02.01.02	Debêntures	943.167	1.904.574
2.02.01.02.01	Debêntures	477.481	1.467.408
2.02.01.02.02	Contrato de Opções Flexíveis-Compra	465.686	437.166
2.02.02	Outras Obrigações	2.227	2.427
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.160	2.160
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	2.160	2.160
2.02.02.02	Outros	67	267
2.02.02.02.03	Obrigações por Repasse	67	267
2.02.03	Tributos Diferidos	18.230	7.711
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.230	7.711
2.03	Patrimônio Líquido	616.505	531.356
2.03.01	Capital Social Realizado	1.225.368	1.186.637
2.03.04	Reservas de Lucros	-5	-5
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-645.833	-671.833
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	36.975	16.557
2.03.06.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	36.975	16.557

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.103	97.732	41.578	80.669
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-68.463	-164.618	-34.769	-127.991
3.03	Resultado Bruto	-52.360	-66.886	6.809	-47.322
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	41.713	89.195	30.678	-72.781
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.289	-6.928	-3.703	-8.026
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	43.430	95.177	34.376	-64.819
3.04.03.01	Resultado de Ajustes a Valor Justo	-8.422	5.111	29.824	-91.197
3.04.03.02	Perdas/Ganhos na Recuperação de Direitos Creditórios	47.755	85.961	4.224	25.783
3.04.03.03	Perdas/Ganhos na Recuperação de Participações Acionárias	4.097	4.105	328	595
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	572	946	5	64
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.647	22.309	37.487	-120.103
3.06	Resultado Financeiro	1.965	3.691	401	3.161
3.06.01	Receitas Financeiras	1.968	3.698	403	3.172
3.06.02	Despesas Financeiras	-3	-7	-2	-11
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.682	26.000	37.888	-116.942
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.682	26.000	37.888	-116.942
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-8.682	26.000	37.888	-116.942
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01511	0,04526	0,06596	-0,20358

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-8.682	26.000	37.888	-116.942
4.02	Outros Resultados Abrangentes	19.727	20.418	4.622	-6.649
4.02.01	Variação no Valor Justo de Investimentos	29.889	30.937	4.622	-9.065
4.02.02	Tributação s/Variação no Valor Justo de Investimentos	-10.162	-10.519	0	2.416
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.045	46.418	42.510	-123.591

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.387	-28.125
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	54.399	23.671
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	26.000	-116.942
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	11	72
6.01.01.03	Provisão/Reversão de Perdas de Direitos Creditórios Autônomos	-4.105	-595
6.01.01.04	Resultado de Ajustes a Valor Justo	57.307	137.943
6.01.01.06	Provisão/Reversão de Perdas de Investimentos	-85.961	-25.783
6.01.01.07	Variação Monetária Líquida	16.311	13.260
6.01.01.08	Custo de Transação a Amortizar	304	304
6.01.01.09	Encargos Financeiros de Contrato de Opções Flexíveis	44.532	15.412
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-63.786	-51.796
6.01.02.01	(Aumento)/Diminuição de Contas a Receber (Exceto JSCP e Dividendos)	-13.977	-27.647
6.01.02.02	(Aumento)/Diminuição de JSCP e Dividendos	-190	-696
6.01.02.03	(Aumento)/Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	46.862	77.817
6.01.02.04	(Aumento)/Diminuição de Tributos a Recuperar	13.118	1.839
6.01.02.05	(Aumento)/Diminuição de Imóveis para Venda	59	108
6.01.02.06	(Aumento)/Diminuição de Depósitos Judiciais	132	515
6.01.02.07	(Aumento)/Diminuição de Outras Contas do Ativo	-117	1.531
6.01.02.08	Aumento/(Diminuição) de Fornecedores	20	-48
6.01.02.09	Aumento/(Diminuição) de Salários e Encargos Sociais	428	393
6.01.02.10	Aumento/(Diminuição) de Tributos a Recolher	-2.920	-1.107
6.01.02.11	Aumento/(Diminuição) de Obrigações por Repasse	-4.654	-2.964
6.01.02.12	Recebimentos de Créditos Autônomos	22.511	10.530
6.01.02.14	Juros Pagos Sobre Debêntures de 5ª Emissão	-32.374	-48.503
6.01.02.16	Amortização de Debêntures de 5ª Emissão	-48.152	-48.152
6.01.02.17	Amortização de Contrato de Opções Flexíveis	-44.532	-15.412
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	15	-24
6.02.02	Aquisições de Imobilizado/Intangível	-6	-26
6.02.03	Baixas de Investimentos/Imobilizado	21	2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	38.731	32.602
6.03.01	Integralização de Capital	38.731	32.602
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.359	4.453
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.925	11.409
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.284	15.862

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.186.637	-5	0	-671.833	16.557	531.356
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.186.637	-5	0	-671.833	16.557	531.356
5.04	Transações de Capital com os Sócios	38.731	0	0	0	0	38.731
5.04.01	Aumentos de Capital	38.731	0	0	0	0	38.731
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.000	20.418	46.418
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.000	0	26.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	20.418	20.418
5.05.02.06	Variação no Valor Justo de Investimentos	0	0	0	0	30.937	30.937
5.05.02.07	Tributos s/Variação no Valor Justo de Investimentos	0	0	0	0	-10.519	-10.519
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.225.368	-5	0	-645.833	36.975	616.505

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.145.550	-5	0	-708.388	6.275	443.432
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.145.550	-5	0	-708.388	6.275	443.432
5.04	Transações de Capital com os Sócios	41.086	0	0	0	0	41.086
5.04.01	Aumentos de Capital	41.086	0	0	0	0	41.086
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-116.942	-6.649	-123.591
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-116.942	0	-116.942
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.649	-6.649
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-9.065	-9.065
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.416	2.416
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.186.636	-5	0	-825.330	-374	360.927

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	39.771	43.708
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.018	1.185
7.01.02	Outras Receitas	38.753	42.523
7.01.02.01	Receitas de Recuperação de Crédito	3.334	6.005
7.01.02.02	Receitas de Atualização de Créditos	34.408	36.303
7.01.02.03	Outras Receitas	1.011	215
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	83.771	21.721
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-60	-107
7.02.04	Outros	83.831	21.828
7.02.04.01	Custos Processuais	-314	-82
7.02.04.02	Serviços Tomados de Terceiros	-957	-2.931
7.02.04.03	Despesas Administrativas	-859	-942
7.02.04.04	Perdas/Ganhos na Recuperação de Valores Ativos	85.961	25.783
7.03	Valor Adicionado Bruto	123.542	65.429
7.04	Retenções	-12	-72
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12	-72
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	123.530	65.357
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.521	-102.940
7.06.02	Receitas Financeiras	5.557	5.097
7.06.03	Outros	3.964	-108.037
7.06.03.01	Receitas de Participações Acionárias	57.165	29.311
7.06.03.02	Resultado de Ajustes a Valor Justo	-57.306	-137.943
7.06.03.03	Reversão de Provisão de Perdas em Investimentos	4.105	595
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	133.051	-37.583
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	133.051	-37.583
7.08.01	Pessoal	6.271	5.914
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.197	4.896
7.08.01.02	Benefícios	714	658
7.08.01.03	F.G.T.S.	360	360
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.671	4.573
7.08.02.01	Federais	3.593	4.475
7.08.02.03	Municipais	78	98
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.109	68.872
7.08.03.01	Juros	50.718	49.563
7.08.03.02	Aluguéis	41	34
7.08.03.03	Outras	46.350	19.275
7.08.03.03.01	Obrigações por Repasse	1.512	3.553
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	2	6
7.08.03.03.03	Custo de Transação de Debêntures	304	304
7.08.03.03.04	Encargos Financeiros com Opções	44.532	15.412
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	26.000	-116.942
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	26.000	-116.942

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3ITR de 2021 | Controladora



Os valores monetários estão expressos em milhares de reais, salvo quando indicado de outra forma

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Nos nove primeiros meses de 2021, a MGI foi exitosa em sua estratégia de atuar ativamente na desmobilização de ativos do Estado de Minas Gerais, por meio da alienação de imóveis da administração pública estadual direta e indireta. Os valores das alienações de imóveis do Estado realizadas pela atual gestão da MGI, de 2019 a 2021, já superam em 469% as realizadas de 2015 a 2018, faltando apenas R\$1,2 milhões para superar o total de 2010 a 2018.

Os expressivos resultados, em um cenário em que a economia ainda sofre os impactos da pandemia causada pela COVID-19, são fruto do empenho e dedicação dos empregados e colaboradores da Companhia, aliados ao forte alinhamento de gestão entre a MGI e o seu principal cliente, a Secretaria de Estado de Fazenda. Adicionalmente, a MGI segue expandindo a sua atuação com a celebração de novos contratos, com a Codemge em fevereiro/2021 e com o DER em agosto/2021, além de outras negociações em andamento com órgãos e entidades da administração pública estadual.

Em relação à carteira de Direitos de Crédito Autônomos, cuja arrecadação passava por sucessivas reduções em razão do aumento da inadimplência, que foi potencializado pela pandemia, houve uma recuperação muito expressiva neste trimestre, em razão do REFIS ICMS 2021, programa lançado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto nº 48.195, de 25 de maio de 2021, que dispõe sobre o pagamento, com reduções e condições especiais, de crédito tributário relativo ao ICMS.

Tocante aos ativos e passivos atrelados ao mercado de capitais, os impactos da pandemia também reduziram significativamente, uma vez que os índices da Bolsa de Valores já se recuperaram consideravelmente, embora ainda ocorram significativas oscilações, não apenas pelo cenário da pandemia, como de outros fatores conjunturais. Neste terceiro trimestre, observou-se a valorização das ações CMIG4, o que gera um impacto positivo sobre os investimentos em participações societárias, mas negativo no que tange ao valor justo das opções flexíveis de compra e de venda.

O principal fator para o lucro líquido auferido no período foi a distribuição de proventos pela investida CEMIG, em abril de 2021, em montante significativamente superior ao distribuído nos últimos anos. Trata-se de variável de grande relevância para a Companhia, uma vez que essa receita constitui a principal fonte de recursos para pagamento de juros e amortizações da quinta emissão de debêntures.

No aspecto operacional, a MGI completou mais de um ano de execução de atividades preponderantemente por meio do teletrabalho, como forma de proteger a saúde de seus empregados e colaboradores e manter suas operações em pleno funcionamento. A dedicação e empenho de seus empregados e colaboradores tem sido fator primordial para a continuidade operacional.

Buscando sempre evoluir nas boas práticas de governança corporativa, a Companhia reorganizou sua estrutura organizacional no início do ano de 2021, tendo como destaque a reformulação da instância responsável pela integridade e gestão de riscos, com a criação de um núcleo dedicado exclusivamente à matéria, a fim de aumentar a efetividade.

Diante de todas as variáveis que afetam o desempenho da Companhia, a Administração considera muito relevantes os resultados obtidos, destacando os recordes alcançados na venda de imóveis apesar de diversos fatores externos

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
3ITR de 2021 | Controladora**

desfavoráveis. A evolução dos resultados alcançados na venda de imóveis demonstra a importância estratégica da MGI para o Estado de Minas Gerais.

2. IMPACTOS DA COVID-19

A COVID-19 causou e vem causando impactos na economia, diante da situação de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual reforçou a necessidade de implementação de medidas de distanciamento social que impactam negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando o fechamento de lojas e instalações. Com isso, houve uma piora do cenário econômico com a redução da atividade econômica em todo o país, afetando as empresas e, consequentemente, a Bolsa de Valores, em que pese a sua atual retomada.

Impacto nas Opções

A propagação da COVID-19 causou fortes oscilações na Bolsa de Valores, afetando o valor justo das opções flexíveis de compra e venda sobre ações preferenciais de emissão da CEMIG listadas na B3.

Na Bolsa de Valores, já houve a recuperação de seu índice, ainda que sofra alguma oscilação à medida em que são divulgadas notícias sobre os impactos do COVID-19 na economia mundial, a retomada do crescimento econômico e o progresso da vacinação. O Ibovespa, que é o principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3, em março de 2020 apresentou a mínima de 63.569,92 pontos enquanto no mês de junho fechou aos 95.055,82 pontos, e setembro aos 94.603,38 pontos, encerrando o ano de 2020 aos 119.017 pontos mostrando uma forte recuperação. Em 2021, o primeiro trimestre fechou aos 116.633,72 pontos e o segundo aos 126.801,66 pontos. Neste terceiro trimestre, o índice da Bolsa fechou aos 110.979,10 pontos, uma baixa de 12,48% comparado ao trimestre imediatamente anterior e uma alta de 17,31% comparado ao mesmo período do ano de 2020.

O comportamento da ação da CEMIG mostra que, normalmente, existe uma correlação positiva com o Ibovespa, ambos sofrendo impactos na mesma direção, com exceção dos dois últimos trimestres observados.

Mês	Cotação CEMIG (CMIG4)	Varição Mensal (R\$)	Varição Mensal (%)
Dezembro/2019	13,79	-	-
Março/2020	8,91	(4,88)	(35,39)
Junho/2020	11,02	2,11	23,68
Setembro/2020	10,10	(0,92)	(8,35)
Dezembro/2020	14,56	4,46	44,16
Março/2021	13,03	(1,53)	(10,51)
Junho/2021	12,13	(0,90)	(6,91)
Setembro/2021	14,03	1,90	15,66

Conforme demonstrado na tabela acima, no final de 2020, a ação recuperou o valor que havia alcançado antes da COVID-19, com uma alta de R\$0,77, isto é, 5,58% do seu valor de mercado. Em 2021, no primeiro trimestre houve uma desvalorização das ações de 10,51% comparado a dezembro de 2020, enquanto no segundo trimestre as ações desvalorizaram 6,91% em relação ao primeiro trimestre. Neste terceiro trimestre, houve uma valorização de 15,66% e 38,91% comparado ao trimestre imediatamente anterior e ao mesmo período do ano de 2020, respectivamente.

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
3ITR de 2021 | Controladora**

	31/12/2019	31/03/2020	30/06/2020	30/09/2020	31/12/2020	31/03/2021	30/06/2021	30/09/2021
Cotação da CEMIG	13,79	8,91	11,02	10,10	14,56	13,03	12,13	14,03
Opções de Compra	417.763	180.960	324.596	256.851	483.037	399.985	372.413	530.981
Opções de Venda	31.469	57.841	42.380	43.135	25.857	20.007	20.385	9.409
Diferença das Opções	386.294	123.119	282.216	213.715	457.180	379.978	352.028	521.572

No terceiro trimestre de 2021, ocorreu um aumento do valor das opções de compra no montante de R\$158.568 ou 42,58% de valorização. Estas opções são um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício (R\$8,70), a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em relação as opções de venda, houve uma redução de R\$10.976, ou seja, 53,84% de desvalorização quando comparado ao trimestre anterior. Estas opções são um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício (R\$4,27), a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em resumo, pode-se inferir que a valorização das ações CMIG4 aumenta o valor das opções de compra, que são um passivo, e diminui o valor das opções de venda, que são um ativo, demonstrando que foi negativo para a empresa. Por outro lado, como a MGI possui cerca de 101 milhões de ações, seu patrimônio aumentou com a valorização das ações.

Impacto no Investimento e no Direito Creditório sobre Ações Emprestadas

Pelas variações no valor da ação já relatadas acima, a Companhia sofreu impactos significativos sobre o seu investimento em companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (CEMIG e Copasa), e sobre o valor do direito creditório sobre ações emprestadas ao Banco de Investimento Credit Suisse, no escopo das garantias da 5ª emissão de debêntures, até o mês de setembro de 2020. Porém, no final de 2020, a significativa alta na cotação levou à reversão da perda, culminando em ganho de valor justo desses investimentos. Neste terceiro trimestre de 2021, como a MGI possui uma maior quantidade de ações da CEMIG, a alta da cotação das ações da CEMIG superou a queda das cotações da Copasa, e a consequência disso é o aumento do patrimônio da Companhia, apresentando seu melhor resultado desde o início da pandemia. A seguir, segue demonstrativo destes investimentos.

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
3ITR de 2021 | Controladora

Variação do investimento e do direito creditório sobre ações									
		31/12/2019	31/03/2020	30/06/2020	30/09/2020	31/12/2020	31/03/2021	30/06/2021	30/09/2021
Cotação da CEMIG (R\$)		13,79	8,91	11,02	10,10	14,56	13,03	12,13	14,03
Cotação da COPASA (R\$)		67,99	40,90	58,23	46,73	16,40	15,10	15,49	13,80
Ações CEMIG emprestadas**	Quantidade (unidades)	86.055.995	82.935.717	82.935.717	81.267.707	83.622.140	79.963.917	89.157.283	87.061.380
	Valor (R\$ mil)	1.186.712	738.957	913.952	820.804	1.217.538	1.041.929	1.081.478	1.221.471
Ações CEMIG no patrimônio**	Quantidade (unidades)	1.003.787	4.124.065	4.124.065	9.372.922	7.018.490	10.676.713	11.904.203	14.000.106
	Valor (R\$ mil)	13.842	36.745	45.447	94.666	102.189	139.118	144.398	196.421
Ações COPASA no patrimônio*	Quantidade (unidades)	154.640	154.640	154.640	154.640	463.920	463.920	463.920	463.920
	Valor (R\$ mil)	10.515	6.325	9.005	7.226	7.609	7.005	7.186	6.402
Total (R\$ mil)		1.211.068	782.027	968.404	922.696	1.327.335	1.188.052	1.233.062	1.424.294

*Ocorrência de desdobramento de ações da Copasa no 4º trimestre de 2020.

**Bonificação de ações da CEMIG no 2º trimestre de 2021.

Portanto, constata-se que o impacto nos investimentos e nos direitos creditórios sobre ações emprestadas apresentaram, em conjunto, um aumento de R\$213.226, equivalente a uma alta de 17,61% em 30 de setembro de 2021, comparativamente com 31 de dezembro de 2019. Esse aumento patrimonial ocorreu não apenas pela valorização das ações da CEMIG, mas também pelo aumento da quantidade dessas ações devido à bonificação ocorrida em maio de 2021.

Impacto na Carteira DCA

A redução da atividade econômica para o Estado de Minas Gerais é prejudicial, pois reduz a sua arrecadação tributária, impactando inclusive, na carteira de direitos de créditos autônomos (DCA) cedida à MGI.

Neste terceiro trimestre de 2021, assim como no trimestre passado, houve renegociações da dívida de alguns contribuintes com o Estado de Minas Gerais, em razão do REFIS ICMS 2021, instituído pelo Decreto 48.195/2021. Como consequência, direitos creditórios que estavam classificados como rompidos migraram para a carteira ativa, aumentando o valor desta.

A tendência normal da carteira de DCA é reduzir até julho de 2022 quando se encerra a 2ª emissão das debêntures e os valores não pagos e rompidos da carteira serão utilizados como meio de pagamento das debêntures.

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
3ITR de 2021 | Controladora

A variação da carteira ativa no período findo em 30 de setembro de 2021 encontra-se apresentada a seguir:

Mês	Carteira Ativa* (R\$ mil)	Variação Mensal (R\$ mil)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	80.044	-	-
Março/2020	74.818	(5.226)	(6,53)
Junho/2020	42.983	(31.835)	(42,55)
Setembro/2020	50.344	7.361	17,13
Dezembro/2020	52.817	2.473	4,91
Março/2021	52.577	(240)	(0,45)
Junho/2021	103.987	51.410	97,78
Setembro/2021	110.286	6.299	6,06

*Carteira líquida

Nota-se que o segundo trimestre de 2020 foi o período mais impactado pelo COVID-19 devido à manutenção da política do isolamento social. Neste terceiro trimestre de 2021, houve um aumento da carteira de DCA de R\$6.299 ou 6,06% comparado ao segundo trimestre deste ano. Em relação ao mesmo período no ano anterior, a carteira aumentou seu valor em R\$59.942, o equivalente a 119,06% de seu valor, devido às renegociações feitas através de programas de refinanciamento do governo e a maior flexibilização do isolamento social.

A variação dos direitos creditórios rompidos no período findo em 30 de setembro de 2021 encontra-se apresentada a seguir:

Mês	Rompidos (R\$ mil)	Variação Trimestral (R\$ mil)	Variação Trimestral (%)
Dezembro/2019	1.793.136	-	-
Março/2020	1.807.999	14.863	0,83
Junho/2020	1.853.107	45.108	2,49
Setembro/2020	1.864.366	11.259	0,61
Dezembro/2020	1.870.869	6.503	0,35
Março/2021	1.881.255	10.386	0,56
Junho/2021	1.654.110	(227.145)	(12,07)
Setembro/2021	1.607.811	(46.299)	(2,80)

Em relação aos créditos rompidos, a tendência é que aumentem, devido à inadimplência por parte dos contribuintes, porém devido às renegociações explicadas acima, neste trimestre os rompidos reduziram. O impacto mais significativo no período analisado foi no segundo trimestre de 2020 quando aumentou R\$45.108. Neste terceiro trimestre, houve uma diminuição dos rompidos em R\$46.299 ou 2,80% comparado a junho de 2021. Em relação ao mesmo período no ano anterior, os rompidos diminuíram seu valor em R\$256.555, o equivalente a 13,76% de seu valor naquele período.

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
3ITR de 2021 | Controladora

A variação dos recebimentos dos direitos creditórios no período findo em 30 de setembro de 2021 encontra-se apresentada a seguir:

Trimestre	Recebimentos* (R\$ mil)	Variação Mensal (R\$ mil)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	4.348	-	-
Março/2020	4.476	128	2,94
Junho/2020	2.563	(1.913)	(42,74)
Setembro/2020	3.190	627	24,46
Dezembro/2020	3.218	28	0,88
Março/2021	2.795	(423)	(13,14)
Junho/2021	1.874	(921)	(32,95)
Setembro/2021	17.662	15.788	842,48

*Recebimentos repassados pelo EMG e depositados na conta da MGI

Desde o início da pandemia, este trimestre foi o que apresentou melhor resultado em termos de recebimento dos direitos creditórios, devido às renegociações já citadas. O terceiro trimestre de 2021 apresentou um aumento no recebimento de DCA, comparado ao trimestre anterior, de 842,48%. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o valor do crédito recebido pela MGI foi maior em R\$14.472, o equivalente a um aumento de 453,67%.

No terceiro trimestre de 2021, o governo do Estado de Minas Gerais flexibilizou mais as políticas de isolamento social, à medida em que os indicadores epidemiológicos melhorassem e o número de vacinações aumentassem. Esta medida permitiu mais a circulação de pessoas, bem como ampliação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Com a vacinação já em uma fase mais avançada e com a população cada vez mais imunizada, as restrições de funcionamento dos estabelecimentos já estão diminuindo e a expectativa é de haver uma retomada da atividade econômica mais acelerada e consequentemente uma melhora nos recebimentos da carteira de DCA, como observado neste último trimestre.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL**Gestão de Ativos**

Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	Variação (%)
Créditos em Liquidação Próprios da MGI	2.999	6.005	(50)
Imóveis Próprios da MGI	335	-	100
Imóveis Próprios da MGI advindos da EMIP	66	151	(56)
Total Ativos MGI	3.400	6.156	(45)
Créditos em Liquidação do Estado de Minas Gerais	8.032	783.213	(99)
Bens Imóveis do Estado de Minas Gerais	42.690	8.313	414
Total Ativos do Estado de Minas Gerais	50.722	791.526	(94)

Verifica-se no quadro acima que, em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação, da carteira da MGI, cedidos pelos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, a Companhia arrecadou, no período encerrado em 30 de setembro de 2021, o montante de R\$2.999, inferior em 50% ao mesmo período de 2020, quando a arrecadação totalizou R\$6.005. Em relação aos imóveis próprios da MGI, incluindo os advindos da incorporação

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3ITR de 2021 | Controladora



da EMIP, houve arrecadação de R\$401 no período encerrado em 30 de setembro de 2021, um aumento de 166% em relação ao mesmo período de 2020, quando arrecadou R\$151.

Mediante contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua, também, na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL e na alienação de bens imóveis não de uso, pertencentes ao Estado de Minas Gerais. Um desses contratos teve sua vigência encerrada em agosto de 2021. Existe processo de contratação em curso, pela SEF, para uma nova contratação, para a qual a MGI enviou proposta comercial, elaborada em conformidade com a sua política de transações com partes relacionadas.

No período encerrado em 30 de setembro de 2021, no âmbito dos contratos celebrados, a MGI repassou à SEF o montante de R\$50.722 provenientes da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor foi inferior em 94% ao apurado no mesmo período de 2020, quando totalizou R\$791.526. Em relação à recuperação de créditos, existe uma tendência de decréscimo em razão da redução do estoque de créditos. No período em referência, a redução de 99% em relação ao mesmo período do ano anterior se justifica por um recebimento expressivo, em abril de 2020, de precatórios cedidos ao Estado como pagamento de um crédito.

Em relação à venda de imóveis, no período encerrado em 30 de setembro de 2021, a MGI repassou à SEF R\$42.690, superior em 414% em comparação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizou R\$8.313. Esse aumento expressivo se deu principalmente em função das vendas expressivas realizadas na Concorrência MGI03/2021.

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (há mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez de parte dos imóveis, a MGI considera relevantes os valores arrecadados na gestão de ativos.

Além dos contratos celebrados com a SEF, a MGI possuía, até novembro de 2020, contrato com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”) para prestação de serviços de suporte administrativo no acompanhamento judicial das ações relacionadas aos créditos e imóveis do Estado proveniente dos bancos extintos e privatizados, contribuindo para os resultados alcançados.

Durante o ano de 2021, a MGI celebrou e foi celebrado novos contratos para venda de imóveis, com a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE e com o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER, em fevereiro e agosto, respectivamente. Esses contratos fazem parte da estratégia de expansão da atuação da Companhia na desmobilização de ativos da administração pública direta e indireta do Estado.

Os contratos de prestação de serviços geraram uma receita total de R\$ 1.018 no período em referência. Esse valor reduziu em 14% em relação ao apurado no mesmo período do exercício anterior, quando totalizou R\$ 1.185. Essa redução deveu-se, sobretudo, à redução do escopo do contrato com a AGE a partir de maio de 2020 e sua extinção em novembro de 2020. Além disso, parte da receita de prestação de serviço é variável de acordo com a efetiva venda de imóveis.

Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 30 de setembro de 2021, a Companhia possui um saldo nominal de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.718.097 (R\$1.923.685 em 31 de dezembro de 2020).

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
3ITR de 2021 | Controladora**

No período encerrado em 30 de setembro de 2021, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$34.408, enquanto os valores recebidos no período totalizaram R\$22.511 (R\$ 10.530 em 30 de setembro de 2020). Embora exista uma natural tendência de queda na arrecadação em virtude da redução do saldo devedor, o aumento de 113,78% no período, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, justifica-se pela implantação do programa REFIS ICMS 2021 pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos - isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias - sofreu uma grande queda no semestre. No período em referência, essa redução também foi resultante do programa de refinanciamento de dívidas tributárias do governo do Estado de Minas Gerais.

A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o *impairment* da carteira. Considerando esses efeitos, o saldo de Direitos de Créditos Autônomos é de R\$1.029.846 na posição de 31 de setembro de 2021 (R\$917.617 em 30 de setembro de 2020).

O saldo da carteira de direitos de crédito autônomos, incluindo os parcelamentos rompidos, poderá ser utilizado para quitação da 2ª emissão de debêntures, em conformidade com a respectiva escritura de emissão.

Debêntures

Ainda de acordo com a posição de 30 de setembro de 2021, a Companhia possui obrigações decorrentes da segunda e quinta emissões de debêntures.

No período em análise, a Companhia registrou custos de R\$51.023 a título de juros e amortização do custo da transação das debêntures emitidas. No mesmo período do exercício anterior, esses custos totalizaram R\$49.867. Ocorreu um leve aumento de 2,32%, devido aos aumentos da taxa DI no exercício e aumento do saldo devedor das debêntures de 2ª emissão, que não possui amortizações intermediárias ordinárias.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados neste período:

Pagamentos Efetuados	Juros	Principal	Total Pago
5ª emissão	32.374	48.152	80.526

(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo nominal de R\$1.108.565 a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais.

As debêntures subordinadas vencem em 2022 e não possuem amortizações ordinárias intermediárias de juros e principal. Podem ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. Durante o período, não ocorreram amortizações extraordinárias.

(b) Debêntures de Quinta Emissão

Tendo como referência 30 de setembro de 2021, a MGI possui um saldo de R\$535.122 a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Durante o ano, foram pagas parcelas semestrais de juros e amortização do principal, nos valores de R\$32.374 e R\$48.152, respectivamente.

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
3ITR de 2021 | Controladora**

Vinculados à Quinta Emissão, a Companhia possui contratos de opções flexíveis de compra e de venda sobre ações CMIG4, celebrados para constituição de um instrumento de hedge, a fim de proteger a Companhia das quedas na cotação da ação, que constitui uma das garantias das debêntures. Até 30 de setembro de 2021, a Companhia pagou o montante de R\$44.532 pela liquidação da quarta e quinta tranches das opções de compra.

Participações Acionárias

A Companhia tem participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG, Codemge e empresas do grupo Gerdau.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de R\$ 57.165 nestes primeiros nove meses de 2021, provenientes de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pelas companhias investidas. Essas receitas apresentaram um aumento de 95% comparado às auferidas em igual período do ano anterior, quando somaram R\$29.311. O significativo aumento foi devido ao crescimento do provento por ação distribuído pela investida Cemig.

Convênios

Durante este período, a Companhia deu continuidade ao programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Embora não tenham sido celebrados novos convênios no período, a Companhia vem realizando o repasse de parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores, além do foco principal na análise de prestações de contas de convênios encerrados.

A MGI repassou aos convenientes, nos primeiros nove meses de 2021, o montante de R\$6.979 referente a parcelas de convênios e efetuou gastos com publicações oficiais de R\$8. Apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, através da prestação de contas, o valor de R\$733. Considerando as devoluções recebidas e efetuadas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que resultaram no valor de R\$2.559 no período, a variação líquida foi positiva em R\$5.161, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.169.201 em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.174.362 em 30 de setembro de 2021.

Secretarias	31/12/2020	Movimentação			30/09/2021
	Saldo inicial	Rendimentos	Devoluções	Repasses / Gastos com Fisc. Monit.	Saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.063	113	(32)	-	5.144
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.900	-	-	-	1.900
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.836	132	(1.167)	-	88.801
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.165	-	-	-	14.165
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	20.041	8	4	-	20.053
Secretaria de Estado de Infraest. e Mobilidade – SEINFRA	995.482	424	(1.364)	5.910	1.000.452
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.879	56	-	-	34.935
Sec. Est. Governo – SEGOV	4.235	-	-	1.077	5.312
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	-	3.600
	1.169.201	733	(2.559)	6.987	1.174.362

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico,

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3ITR de 2021 | Controladora



reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

O procedimento relacionado à prestação de contas abrange sua apresentação à Secretaria Interviente em até 90 dias após a extinção do convênio pelo fim da vigência. As análises dessas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio e a regularidade dos gastos dos recursos repassados.

As Secretarias Intervientes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) dos objetos conveniados. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluídas as análises pelas Intervientes, os convênios são encaminhados à MGI para análise financeira conclusiva e julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo, a Companhia, na referência de 30 de setembro de 2021, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade em 30/06/2021	Quantidade em 30/09/2021	Valor em 30/09/2021-R\$ mil
Convênios Vigentes	263	255	121.068
Vencidos com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	661	653	361.652
Vencidos com prestação de contas em análise na MGI	464	440	677.325
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	123	161	57.140
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	7	7	5.656
Prazo para apresentação de prestação de contas final está suspenso, conforme Decreto 47890/20	3	1	100
Aguardando decurso de prazo para apresentação	-	4	1.665
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.521	1.224.606
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações			192
(+) Rendimento de aplicação financeira – Repasse aplicado pela Conveniente			1.566
(-) Devoluções Recebidas e efetuadas			(52.002)
(=) Saldo de Convênios em 30/09/2021			1.174.362

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
3ITR de 2021 | Controladora**4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO****Receita Operacional Líquida**

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	Variação (%)	Análise Vertical 2021 (%)
Receita de participação acionária	57.165	29.311	95	58
Variação monetária ativa	34.408	36.303	(5)	35
Recuperação de Créditos	3.334	6.005	(44)	3
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	2.258	9.093	(75)	2
Prestação de serviços	1.018	1.185	(14)	1
Receitas de vendas de imóveis	66	151	(56)	-
PIS/COFINS/ISS	(517)	(1.379)	63	1
TOTAL	97.732	80.669	21	100

No período encerrado em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$97.732, 21% superior ao mesmo período de 2020, quando alcançou R\$80.669.

O fator preponderante para o aumento da receita operacional líquida foi a Receita de Participação Acionária da Cemig, que até setembro de 2021 deliberou distribuição de dividendos (R\$ 0,61 centavos por ação) maiores do que comparado com mesmo período do ano anterior (R\$ 0,33 centavos por ação).

As outras receitas operacionais apresentaram queda, o que amenizou o aumento ocasionado pela Receita de participação acionária. Dentre as principais, estão: (i) a leve redução de 5% nas receitas de variação monetária ativa, comparando ao mesmo período do ano anterior, justificada pelo vínculo a taxa Selic, que com os recorrentes aumentos praticamente igualou aos resultados do mesmo período do ano anterior, não obstante a redução do saldo desse ativo; (ii) a receita de recuperação de Créditos em liquidação, cuja redução foi de 44% se comparada com mesmo período do ano anterior. (iii) a receita com amortização do reconhecimento inicial dos direitos de créditos autônomos, que reduziu 75% em comparação com 30 de setembro de 2020, em virtude do reduzido saldo que resta a amortizar.

Essas receitas representaram, em conjunto, 98% da receita operacional líquida do período.

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
3ITR de 2021 | Controladora**Custo Operacional**

Custo Operacional (R\$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	Variação (%)	Análise Vertical 2021 (%)
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	64.676	55.839	16	39
Juros sobre debêntures	50.719	49.563	2	31
Encargos financeiros com opções	44.532	15.412	189	27
Obrigações por repasse	1.512	3.553	(57)	1
Pessoal	1.898	2.206	(14)	1
Serviços de terceiros	537	869	(38)	-
Custas judiciais	313	82	282	-
Amortização de custos de transação	304	304	-	-
Custos dos imóveis vendidos	60	107	(44)	-
Demais custos	67	56	21	-
CUSTO TOTAL	164.618	127.991	29	100

O custo operacional totalizou R\$164.618 no período, superior em 29% a igual período do ano anterior, quando atingiu R\$127.991.

O custo mais expressivo foi a amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures que totalizou R\$64.476 no período (R\$55.839 em igual período do ano anterior), representando 39% do custo total. Este custo apresentou aumento de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os juros sobre as debêntures constituem outro custo que frequentemente encontra-se entre os mais relevantes. Representando 31% do custo total, seu valor foi de R\$50.719 no período (R\$49.563 em igual período do ano anterior) e apresentando um leve aumento de 2%. Com os recorrentes aumentos da taxa Selic em 2021, praticamente igualou aos resultados do mesmo período do ano anterior.

Outro custo relevante foi o encargo financeiro com opções, que se refere à liquidação das tranches das opções de compra ocorridas no período em análise, totalizando R\$44.532 e representando 27% do custo total. Este custo apresentou aumento de 189% em relação ao mesmo período do ano anterior, justificado pela alta da ação da Cemig alinhada às distribuições de dividendos e bonificações de ações deliberadas pela Cemig, que acarretaram na redução do preço de exercício. Esse custo corresponde à diferença entre o preço de liquidação da opção em relação ao seu preço de exercício, multiplicado pela quantidade de opções da respectiva tranche, sendo, portanto, impactado pelas oscilações da cotação da ação CMIG4.

Apesar do baixo impacto sobre o custo total, as custas judiciais tiveram um aumento bem expressivo – 282% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento aconteceu principalmente devido a reclassificação de risco de perda possível para perda provável, por parte da Assessoria Jurídica da Companhia, de processos judiciais com recursos depositados judicialmente cuja perda no resultado foi reconhecida após essa mudança de situação e da condenação ao pagamento de honorários de sucumbência. A ocorrência desse tipo de despesa é eventual e de difícil estimativa.

Os demais custos foram pouco representativos em relação ao custo total da Companhia.

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
3ITR de 2021 | Controladora**Resultado Operacional Bruto**

A Companhia apresentou resultado operacional bruto negativo de R\$66.886 no período, e no mesmo período do ano anterior, de R\$47.322, também negativo.

O fator preponderante para o aumento do prejuízo operacional bruto foi o aumento dos custos operacionais em 29%, em virtude, principalmente, do aumento dos encargos financeiros com opções e da amortização do reconhecimento inicial das debêntures de 2ª emissão. Os citados custos representam 66% do custo total.

O aumento da Receita operacional líquida em 21%, que teve como fator preponderante a receita de participação acionária, não foi suficiente para compensar os aumentos dos custos operacionais. O elevado valor destes para a Companhia, principalmente ocasionado pelo custo de amortização do reconhecimento inicial das Debêntures juntamente com os encargos financeiros com opções, são responsáveis por recorrentes resultados operacionais negativos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido aumentou 16,8%, de R\$3.161 em 30 de setembro de 2020 para R\$3.691 em 30 de junho de 2021, em razão, principalmente, do aumento de recursos em aplicações financeiras com o aumento dos recebimentos de créditos autônomos aliado aos aumentos da taxa de juros pelo Banco Central.

Os critérios utilizados para alcance dos resultados positivos foram baseados em disciplinado controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos.

LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA (R\$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	Δh%
Resultado do Período	26.000	(116.942)	122%
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	-	-	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(3.691)	(3.161)	(17%)
(+) Depreciação e Amortização	12	72	(83%)
LAJIDA	22.321	(120.031)	119%
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	(5.111)	91.197	(106%)
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	(85.961)	(25.783)	(233%)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial	62.418	46.746	34%
(+) Provisão para Perda em Participações Societárias	(4.105)	(595)	(590%)
LAJIDA AJUSTADO	(10.438)	(8.466)	(23%)

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A MGI apurou, em 30 de setembro de 2021, LAJIDA positivo de R\$22.321. No mesmo período do ano anterior, o indicador foi negativo, no valor de R\$120.031.

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3ITR de 2021 | Controladora



(a) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos efeitos abaixo, que não afetam a geração de caixa da Empresa:

- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis, aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações e à renegociação da carteira de direitos de crédito autônomos;
- *Impairment* dos direitos de crédito autônomos (perda na recuperação de direitos creditórios).
- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.
- Provisão para perda em participações societárias.

Apurou-se LAJIDA ajustado negativo de R\$ 10.438 em 30 de setembro de 2021. No mesmo período do exercício anterior, esse indicador também foi negativo em R\$ 8.466.

Portanto, percebe-se que no período em análise, excluídos os impactos das receitas e despesas que não afetam a geração de caixa, o lucro líquido apresentado foi reduzido tanto no conceito de LAJIDA como no de LAJIDA ajustado, neste evidenciando um prejuízo. No mesmo período do ano anterior, o LAJIDA apresentado deteriorou o resultado e o LAJIDA ajustado, de forma contrária, atenuou bastante o mesmo.

Resultado Líquido

O fator preponderante para a Companhia ter obtido um resultado líquido positivo no valor de R\$26.000, está relacionado a fatores mercadológicos, principalmente relacionados aos investimentos na CEMIG. Esse resultado ainda foi influenciado pelo impacto financeiro da COVID-19 na economia.

Conforme se verifica no LAJIDA e LAJIDA ajustado, o lucro auferido no período deveu-se, em certa medida, ao resultado positivo de ajustes a valor justo, sendo que esse resultado não afeta o caixa. Os ajustes a valor justo estão vinculados aos contratos de opções e aos contratos de empréstimos de ações e sua variação deriva de variáveis exógenas à Companhia.

5. AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

6. AGRADECIMENTOS

A Diretoria da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o período em análise e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3ITR de 2021 | Controladora



Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2021

A Administração

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias 30 de setembro de 2021 (em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”) e com sede em Belo Horizonte/MG.

A MGI tem como objeto social:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;

Notas Explicativas



- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios (“créditos em liquidação”), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia. Nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, as receitas provenientes da recuperação de créditos totalizaram R\$3.334 e R\$6.005, respectivamente (vide nota 17).

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$1.029.846 em 30 de setembro de 2021, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência (vide nota 7.c).

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”) (vide nota 12), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000, cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela: (i) alienação fiduciária de 14.000.066 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, (ii) pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 87.061.380 ações CMIG4s (vide nota 11.a), e (iii) pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

Notas Explicativas



2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, estas ITR's devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, cuja emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de novembro de 2021.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em controlada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado e em outros resultados abrangentes; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias, de acordo com o CPC/IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas



- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 11 – Outros investimentos
- Nota 12 – Debêntures
- Nota 13 – Obrigações por repasse
- Nota 22 – Contingências não provisionadas

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Conforme o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender a ambas condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial, a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Notas Explicativas



Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA, como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 12 e 13).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas



iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada nos quatro primeiros meses do exercício subsequente, conforme definido no Estatuto Social e na Política de Distribuição de Dividendos.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos e identificados como não tendo sofrido perda de valor são avaliados coletivamente para possibilitar a constatação de qualquer perda no valor.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma subconta dos recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (vide nota 7.c), e crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (vide nota 7.d).

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de *default*, conforme estabelecido na nota explicativa 7.c.

Notas Explicativas



c. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

d. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço, que ocorre mensalmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a Secretaria de Estado da Fazenda SEF/MG. Para o contrato de alienação de imóveis, celebrado com a SEF, é considerado como mês base da prestação de serviço a data de finalização do processo de venda dos imóveis, sobre a qual a Companhia recebe uma comissão.

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, de aplicações em fundos e em CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas



O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

g. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

h. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

i. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC o Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

Notas Explicativas



A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: O que significa um direito de postergar a liquidação;

- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de debêntures existentes podem exigir renegociação.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (vide nota 23).

b. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações das ações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

Notas Explicativas**4.2 Divulgação****a. Direitos de Créditos Autônomos**

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 23, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ), explicado na nota 7.c. Os valores obtidos estão demonstrados abaixo:

	Exposição da Carteira (EAD)	Perda Estimada (PE)	Ajuste a Valor Justo (AVJ)	Valor Justo DCA (EAD - PE - AVJ)
30/09/2020	1.914.710	(992.979)	(4.114)	917.617
31/12/2020	1.923.685	(978.849)	(2.757)	942.079
30/09/2021	1.718.097	(687.752)	(499)	1.029.846

b. Debêntures Subordinadas

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida pelo EMG em troca das debêntures emitidas pela MGI, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro.

c. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	34	128
Aplicações financeiras	47.250	17.797
	47.284	17.925

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Caa1 e Aa1, baseado na escala nacional da agência Moody’s.

Notas Explicativas



6 Títulos e valores mobiliários

		30/09/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras vinculadas à:			
Convênios	a.	3.018	7.374
Debêntures	b.	58.046	62.793
Circulante		61.064	70.167
Aplicações financeiras vinculadas à:			
Debêntures	b.	77.393	115.152
Não circulante		77.393	115.152
Total		138.457	185.319

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como custo amortizado e referem-se a:

- Aplicações financeiras vinculadas ao programa de convênios.
- Aplicações financeiras vinculadas aos pagamentos das debêntures da quinta emissão. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas na respectiva escritura. A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

7 Contas a receber e outros créditos

		30/09/2021	31/12/2020
JCP/Dividendos a receber - parte relacionada	a.	180	-
JCP/Dividendos a receber		20	10
Valores a receber de clientes - parte relacionada	b.	762	430
Outras contas a receber – diversos		262	249
Créditos a recuperar		14	14
Direitos de Créditos Autônomos – parte relacionada	c.	1.029.846	9.042
Contas a receber do EMG	g.	15.674	-
Contas a receber - Credit Suisse	f.	41.767	28.089
Direitos Creditórios - Credit Suisse	e.	174.496	152.192
Circulante		1.263.021	190.026
Direitos de Créditos Autônomos	c.	-	933.037
Outras Contas a receber – diversos		764	810
Créditos a receber - Goes Cohabita	d.	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d.	(5.105)	(5.105)
Direitos Creditórios - Credit Suisse	e.	1.046.975	1.065.346
Não Circulante		1.047.739	1.999.193
Total		2.310.760	2.189.219

- Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem dos investimentos da Companhia em partes relacionadas – Copasa no valor de R\$180.

Notas Explicativas



- b) Saldo em aberto em 30 de setembro de 2021 com o EMG referente a contratos de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”) no valor de R\$ 759, e Contrato de prestação de Alienação de imóveis com a Codemge no valor de R\$3.
- c) Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a SEF e a AGE, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (conforme nota explicativa 13.d).

O valor nominal adquirido de R\$1.819.000 teve como contrapartida a emissão das debêntures subordinadas, no mesmo valor, registradas no passivo a longo prazo.

Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 30 de setembro de 2021.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Movimen- -tação	Renego- -ciação (AVJ)	Variação AVJ e impairment	Atualização Monetária	Recebi- -mentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 30/09/2021
Circulante	9.042	1.713.472	-	-	33.768	(16.374)	(21.811)	1.718.097
Ajuste a valor justo CP	-	(499)	-	-	-	-	-	(499)
Impairment Acumulado CP	-	(687.752)	-	-	-	-	-	(687.752)
Não Circulante	1.914.643	(1.713.472)	(201.811)	-	640	-	-	-
Ajuste a valor justo LP	(2.757)	499	-	2.258	-	-	-	-
Impairment acumulado LP	(978.849)	687.752	205.136	85.961	-	-	-	-
Totais	942.079	-	3.325	88.219	34.408	(16.374)	(21.811)	1.029.846
Circulante	9.042	1.025.221	-	-	33.768	(16.374)	(21.811)	1.029.846
Não Circulante	933.037	(1.025.221)	3.325	88.219	640	-	-	-

No período encerrado em 30 de setembro de 2021, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$21.811 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG (R\$1.969 em 30/09/2020). Esses valores são transferidos para a rubrica contas a receber do EMG (nota 7.g), da qual são baixados após o efetivo repasse para a MGI.

Com a finalização do contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos em 24 de julho de 2022, os valores da carteira registrados no longo prazo foram transferidos em sua totalidade para o ativo

Notas Explicativas



circulante da Companhia, certo de que serão utilizados para quitação das debêntures subordinadas, cujo vencimento ocorre juntamente com o prazo final do contrato, conforme cláusulas do já citado documento.

O governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto nº 48.195, de 25 de maio de 2021, implantou o programa REFIS ICMS 2021, que dispõe sobre pagamento, com reduções e condições especiais, de crédito tributário relativo ao ICMS. Isso causou impactos na carteira de Direitos de Créditos Autônomos, que são compostos de dívidas tributárias de contribuintes relativos ao ICMS. Com adesão de alguns devedores ao programa, ocorreu grande aumento da Carteira Ativa, gerando enorme impacto nos valores a receber, R\$ 110.286 em 30 de setembro de 2021 e R\$ 50.344 em 31 de dezembro de 2020, tudo isso devido ao refinanciamento das dívidas.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 23.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS	
CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos, mas não rompidos	
A vencer	224
Até 12 meses	58.041
de 12 a 24 meses	11.128
de 24 a 36 meses	9.214
de 36 a 48 meses	8.109
de 48 a 60 meses	7.674
Após 60 meses	15.896
Total do valor nominal atualizado	110.286
Direitos Creditórios Rompidos (1)	1.607.811
Ajustes a valor justo (2)	(499)
Impairment acumulado (3)	(687.752)
Total	1.029.846

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas de parcelamento.

(2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição da carteira e seu valor justo no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.

(3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 30 de setembro de 2021.

Impacto do COVID-19 na Carteira de Direitos de Créditos Autônomos - DCA

O COVID-19 causou impactos na economia, diante da situação de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual reforçou a necessidade de implementação de medidas de distanciamento social que impactam negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de oportunidades no mercado de trabalho e fechamento de lojas e instalações. Isso para o Estado de Minas Gerais foi prejudicial, pois é daí a sua maior obtenção de receita, que é o recolhimento do imposto ICMS que incide sobre as mercadorias e serviços vendidos.

Esses impactos econômicos geraram reflexos na carteira de Direitos de Crédito Autônomos, cujas alterações no

Notas Explicativas



trimestre findo em 30 de setembro de 2021 encontram-se apresentadas trimestralmente a seguir:

Carteira Ativa			
Mês	Carteira Ativa*	Variação Trimestral (R\$)	Variação Trimestral (%)
Dezembro/2019	80.044	-	-
Março/2020	74.818	(5.226)	(6,53)
Junho/2020	42.983	(31.835)	(42,55)
Setembro/2020	50.344	7.361	17,13
Dezembro/2020	52.816	2.472	4,91
Março/2021	52.577	(240)	(0,45)
Junho/2021	103.987	51.410	97,78
Setembro/2021	110.286	6.299	6,06

*Carteira líquida

Carteira de Créditos Rompidos			
Mês	Rompidos	Variação Trimestral (R\$)	Variação Trimestral (%)
Dezembro/2019	1.793.136	-	-
Março/2020	1.807.999	14.863	0,83
Junho/2020	1.853.107	45.108	2,49
Setembro/2020	1.864.366	11.259	0,61
Dezembro/2020	1.870.869	6.503	0,35
Março/2021	1.881.255	10.386	0,56
Junho/2021	1.654.110	(227.145)	(12,07)
Setembro/2021	1.607.811	(46.299)	(2,80)

Recebimentos Trimestrais			
Mês	Recebimentos	Variação Trimestral (R\$)	Variação Trimestral (%)
Dezembro/2019	4.348	-	-
Março/2020	4.476	128	2,94
Junho/2020	2.563	(1.913)	(42,74)
Setembro/2020	3.190	627	24,46
Dezembro/2020	3.218	28	0,88
Março/2021	2.795	(423)	(13,14)
Junho/2021	1.874	(921)	(32,95)
Setembro/2021	17.662	15.788	842,48

Conforme se verifica nos demonstrativos acima, houve um relevante aumento da inadimplência desde o início da pandemia, ocasionando acentuada redução da carteira ativa devido à migração de créditos ativos para rompidos. Como consequência, observa-se uma forte queda nos recebimentos. Percebe-se uma acentuada queda no 2º trimestre de 2020, com uma pequena recuperação já no 3º trimestre de 2020 devido a certa flexibilização do isolamento e a reabertura de parte do comércio e nota-se o início de uma retomada, com a desaceleração do crescimento dos créditos rompidos e um singelo crescimento nos recebimentos. No 4º trimestre de 2020 observa-se certa estabilidade e no 1º semestre de 2021, novamente queda moderada nos recebimentos, provavelmente resultado de retração econômica no Estado de Minas Gerais com relevante participação da 2ª onda da COVID 19. Percebe-se que no 2º trimestre de 2021 ocorreu significativo aumento da carteira ativa e queda nos créditos rompidos, resultado de renegociações de dívidas tributárias efetuadas no 2º trimestre, com impacto nos recebimentos a partir do terceiro trimestre de 2021.

Em 1989, a MGI alienou o controle acionário do Banco Agrimisa S.A. para a Góes Cohabita Participações Ltda. Em 1990 foi ajuizada Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, ainda em trâmite, visando anular a operação de alienação citada. Considerando este fato, o Conselho de Administração da Companhia, de forma a prevenir os efeitos de eventual sucesso da Ação Popular, deliberou pela provisão da perda total do crédito,

Notas Explicativas



em 20 de junho de 2002, conforme Ata da 95ª Reunião.

- e) Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 87.061.380 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (BICS) de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações. Em janeiro de 2021, ocorreu o vencimento da 4ª tranche das opções de compra e venda, e com isso, deveria haver a devolução de 5.330.927 ações CMIG4 para a MGI, porém decidiu-se fazer o 10º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4, com o BICS devolvendo apenas a diferença entre a quantidade que deveria devolver e a quantidade de ações que deveria receber da MGI devido ao anúncio de Distribuição de Juros sobre Capital Próprio em 30 de dezembro de 2020 (1.672.704 ações), resultando em 3.658.223 ações CMIG4 devolvidas a MGI. Com a Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária da Cemig ocorrida em abril de 2021, foi deliberado, dentre outros, uma bonificação de 11,496899948% em novas ações, ocasionando aumento de 9.193.366 ações CMIG4 emprestadas.

Com o vencimento da 5ª tranche das opções flexíveis de venda e compra ocorrida em julho de 2021, a MGI recebeu a devolução de 2.095.903 ações CMIG4, conforme estipulado no 11º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4. Com isso, o total de ações recebidas em devolução do BICS no decorrer do exercício em análise é de 5.754.126 ações da Cemig.

A MGI, baseando-se no CPC 48 – Instrumentos financeiros, apurou perda de ajuste a valor justo sobre 87.061.380 ações da CEMIG emprestadas ao Credit Suisse, lançado diretamente em conta de resultado. O quadro abaixo destaca as informações:

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2020	Quantidade de ações em 30/09/2021	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Cotação em 30/09/2021 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2020	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 30/09/2021
CEMIG	83.622.140	83.622.140	14,56	14,03	(0,53)	1.217.538	-	(44.320)	1.173.218
		(5.754.126)	10,8177	14,03	3,2123	-	(62.246)	(18.484)	(80.730)
		9.193.366	0,0000	14,03	14,0300	-	-	128.983	128.983
Totais		87.061.380				1.217.538	(62.246)	66.179	1.221.471
Circulante		12.437.338							174.496
Não circulante		74.624.042							1.046.975

	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 30/09/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 30/09/2020 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 30/09/2020
CEMIG	86.055.995	86.055.995	13,79	10,10	(3,69)	1.186.712	-	(317.547)	869.165
		3.210.561	-	10,10	10,10	-	-	32.427	32.427
		(4.144.683)	13,96	10,10	(3,86)	-	(57.840)	15.979	(41.861)
		(3.328.512)	6,57	10,10	3,53	-	(21.868)	(11.750)	(33.618)
		(525.654)	13,20	10,10	(3,10)	-	(6.939)	1.630	(5.309)
Totais	86.055.995	81.267.707				1.186.712	(86.647)	(279.262)	820.804
Circulante	9.561.776	10.158.462				110.304			102.601
Não circulante	76.494.219	71.109.245				1.076.408			718.203

Notas Explicativas



Ações	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 31/12/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2020
CEMIG	86.055.995	86.055.995	13,79	14,56	0,77	1.186.712	-	66.263	1.252.975
		3.580.847	0,00	14,56	14,56	-	-	52.137	52.137
		(4.144.683)	13,9554	14,56	0,6046	-	(57.841)	(2.506)	(60.347)
		(1.870.019)	6,57	14,56	7,99	-	(12.286)	(14.941)	(27.227)
Totais		83.622.140				1.186.712	(70.127)	100.953	1.217.538
Circulante		10.452.766							152.192
Não circulante		73.169.374							1.065.346

- f) As contas a receber do Credit Suisse, no montante de R\$41.767, referem-se à segunda parcela de dividendos e JCP correspondentes às ações CMIG4 emprestadas pela MGI ao Credit Suisse, a serem pagos pela CEMIG até 31 de dezembro de 2021. Conforme cláusula 3.3 do contrato de empréstimo de ações, os proventos líquidos efetivamente recebidos pelo Credit Suisse, relativos às ações emprestadas, serão ressarcidos à MGI em até 01 (um) dia útil após a solicitação formal pela Companhia.
- g) Os créditos a receber do Estado de Minas Gerais referem-se a pagamentos de direitos de créditos autônomos efetuados pelos contribuintes diretamente na conta do Estado, através de DAE e outros. Estes valores serão repassados à MGI de forma imediata. Até a data dessas informações trimestrais, foi repassado a MGI, pelo EMG, o valor de R\$6.137 (R\$ 2.240 em 30/09/2020).

8 Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios por ação da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores à data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 30 de setembro de 2021:

Data de Vencimento	Opções de Venda				Opções de Compra			
	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)
12/01/2022	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
12/07/2022	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
12/01/2023	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
12/07/2023	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
12/01/2024	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
12/07/2024	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
13/01/2025	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
14/07/2025	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
12/01/2026	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
13/07/2026	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	6.218.669	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.669	8,71
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	6.218.683	4,27	MGI	Credit Suisse	6.218.683	8,71
TOTAL			87.061.380				87.061.380	

Notas Explicativas



O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra.

Conforme estabelecido no Contrato de Hedge, em sua cláusula 6 “Ajustes Adicionais”, toda vez que ocorrer anúncio de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos pela CEMIG referentes às ações preferenciais da companhia (CMIG4), a quantidade e o preço de exercício das opções devem ser ajustados de acordo com este contrato.

Fica acordado que, caso o Credit Suisse solicite o novo empréstimo de ações CMIG4s devido aos ajustes adicionais, a quantidade de ações emprestadas deve ser pelo menos igual ao somatório das quantidades de opções flexíveis de compra então vigentes.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em 30 de dezembro de 2020, a Cemig anunciou aos acionistas declaração de juros sobre capital próprio, gerando um aumento de 1.672.704 ações CMIG4 a emprestar para o BICS em cumprimento à cláusula 6 do Contrato de Hedge.

Em janeiro de 2021, ocorreu o vencimento da 4ª tranche das opções flexíveis de compra e de venda. Como o preço médio da ação (no valor de R\$14,49) foi superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$10,1566), a Companhia efetuou o pagamento no valor total de R\$23.101 ao Credit Suisse, equivalente à diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$4,33 multiplicado pela quantidade de 5.330.927 opções.

Com a Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária da Cemig ocorrida em abril de 2021, foi deliberado a distribuição de Dividendos e bonificações aos acionistas, acarretando em empréstimos adicionais de 4.122.766 ações CMIG4 ao BICS, o qual foi realizado juntamente com o vencimento da quinta tranche.

Em julho de 2021, com o vencimento da 5ª tranche das opções flexíveis de compra e de venda ocorrido e o preço médio da ação (no valor de R\$12,1530) superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$8,7067), a Companhia, cumprindo com suas obrigações do Contrato de Opções, efetuou o pagamento no valor total de R\$21.431 ao Credit Suisse, equivalente à diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$3,4463 multiplicado pela quantidade de 6.218.669 opções.

Notas Explicativas



A tabela abaixo apresenta o valor justo das opções, apurado por meio de cálculo usando a calculadora “OVME” do terminal Bloomberg:

Data de Vencimento	Volatilidade	Opções de Venda			Opções de Compra		
		Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)
12/01/2022	32,763%	0,00	6.218.669	-	5,24	6.218.669	32.583
12/07/2022	32,763%	0,00	6.218.669	-	5,26	6.218.669	32.712
12/01/2023	45,994%	0,01	6.218.669	64	5,64	6.218.669	35.066
12/07/2023	45,994%	0,03	6.218.669	183	5,84	6.218.669	36.287
12/01/2024	43,458%	0,04	6.218.669	246	5,90	6.218.669	36.715
12/07/2024	43,458%	0,06	6.218.669	381	6,03	6.218.669	37.528
13/01/2025	42,402%	0,07	6.218.669	456	6,10	6.218.669	37.936
14/07/2025	42,402%	0,09	6.218.669	581	6,18	6.218.669	38.442
12/01/2026	43,752%	0,13	6.218.669	789	6,32	6.218.669	39.277
13/07/2026	43,752%	0,14	6.218.669	900	6,37	6.218.669	39.636
12/01/2027	47,467%	0,22	6.218.669	1.353	6,59	6.218.669	40.993
12/07/2027	47,467%	0,23	6.218.669	1.444	6,63	6.218.669	41.208
12/01/2028	47,140%	0,24	6.218.669	1.478	6,63	6.218.669	41.256
12/07/2028	47,140%	0,25	6.218.683	1.534	6,65	6.218.683	41.342
TOTAL			87.061.380	9.409		87.061.380	530.981

Circulante	12.437.338	-	12.437.338	65.295
Não Circulante	74.624.042	9.409	74.624.042	465.686

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

	31/12/2020	AVJ (nota 20)	30/09/2021
Opções de Venda	25.857	(16.448)	9.409
Opções de Compra	483.036	47.945	530.981

Impacto do COVID-19 nas Opções

Devido à propagação do COVID-19, houve uma piora do cenário econômico com a redução da atividade econômica em todo o país afetando as empresas e consequentemente a Bolsa de valores, em que a MGI possui ações preferenciais da CEMIG (“CMIG4”), bem como opções flexíveis de compra e venda sobre ações CMIG4 listadas na B3, e que afetam o Índice de Cobertura utilizado para cálculo da suficiência das garantias das debêntures da 5ª emissão. Com a retomada das atividades econômicas e a recuperação das empresas, os impactos da pandemia atualmente não influenciam negativamente de forma relevante os resultados da Companhia.

	31/12/2019	31/03/2020	30/06/2020	30/09/2020	31/12/2020	31/03/2021	30/06/2021	30/09/2021
Cotação da CEMIG	13,79	8,91	11,02	10,10	14,56	13,03	12,13	14,03
Opções de Compra	417.763	180.960	324.596	256.850	483.036	399.984	372.413	530.981
Opções de Venda	31.469	57.841	42.380	43.136	25.857	20.007	20.385	9.409
Diferença das Opções	386.294	123.119	282.216	213.714	457.179	379.977	352.028	521.572

Notas Explicativas

As ações da Cemig, assim como a grande maioria das ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, sofreram grandes oscilações no valor de mercado com o avanço da pandemia causado pelo COVID-19. Comparado com o final do exercício de 2020, a ação acabou apresentando uma variação negativa. As opções flexíveis de compra e venda, instrumento utilizado pela Companhia para proteção do investimento na CMIG4 para casos de grandes oscilações, apresentaram movimentos contrários. Enquanto a opção de venda que é um ativo para companhia reduziu, a opção de compra que é um passivo aumentou, motivadas principalmente pelas distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio, além de bonificações em ações, ocorridos em 2020 e 2021, e acabaram incorrendo em perda de valor justo de R\$64.393 no total (R\$0,74 por ação emprestada) entre janeiro e setembro de 2021. Somado a perda no valor de mercado das ações da CMIG4 de R\$0,53 por ação no mesmo período, que montou R\$44.320, isto desconsiderando o ajuste a valor justo dos empréstimos, devoluções e bonificações de ações, essa operação ocasionou uma redução no resultado da Companhia no total de R\$108.713.

9 Tributos a compensar

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL-INSS	a. <u>2.218</u>	3.157
Tributos retidos	b. <u>1.224</u>	4.976
Ativo Circulante	<u>3.442</u>	<u>8.133</u>
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL/INSS	a. <u>17.920</u>	26.347
Ativo Não Circulante	<u>17.920</u>	<u>26.347</u>
Total	<u>21.362</u>	<u>34.480</u>

a. Tributos a compensar – IRPJ/CSLL

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, em exercícios anteriores, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP não compensados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica devido à Companhia estar apresentando prejuízo fiscal desde o exercício de 2014. O saldo remanescente será restituído e ou compensado à medida que novos tributos a recolher (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e outros) forem apurados. A Companhia foi restituída em R\$ 9.635, sendo R\$5.520 referentes ao saldo negativo de IRPJ de 2017 ocorrida em março de 2021 e R\$4.115 referentes ao saldo negativo de IRPJ de 2016 em abril de 2021.

b. Tributos retidos

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte, no período findo em 30 de setembro de 2021, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP, a serem compensados com o próprio tributo.

10 Depósitos judiciais

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cível (a)	<u>2.532</u>	<u>2.664</u>
Total	<u>2.532</u>	<u>2.664</u>

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras on-line”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

Notas Explicativas



11 Outros investimentos

Os investimentos apresentaram a seguinte movimentação:

	CEMIG	COPASA	BDMG	GERDAU S.A	GERDAU OUTRAS	CODEMGE	OUTROS	TOTAL
Saldos em 31/12/2020	102.189	7.609	16.622	1.453	2.411	15	8	130.307
Redução de investimentos	-	-	-	-	(21)			(21)
Devolução de ações emprestadas								
(i)	62.246	-	-	-	-	-	-	62.246
AVJ de Devolução de ações emprestadas (Nota 14.b)	18.484	-	-	-	-	-	-	18.484
Ajuste a valor justo (Nota 14.b)	13.502	(1.206)	-	157	-	-	-	12.453
Impairment/(Reversão de Impairment)	-	-	590	-	3.515	-	-	4.105
Saldos em 30/09/2021	196.421	6.403	17.212	1.610	5.905	15	8	227.574

i) Devolução de ações emprestadas

Conforme consta na Cláusula 4.3 – Instrumento Particular de Contrato de empréstimo de ações preferencias, firmado entre MGI e o Credit Suisse, as CMIG4s Emprestadas, uma vez emprestadas e colocadas à disposição do BICS (Banco de Investimentos Credit Suisse) pela MGI, serão devolvidas à MGI nas quantidades e datas de devolução definidas no Anexo 3.4 (Cada uma, uma quantidade aplicável de CMIG4s e uma data de devolução, respectivamente). Neste caso, o BICS obriga-se a restituir à MGI, em cada data de devolução, a quantidade aplicável de CMIG4s nas contas vinculadas, as quais ficarão oneradas nos termos do Contrato de Garantia e conforme os procedimentos ali estabelecidos. Foram devolvidas 5.754.126 ações CMIG4 (i) à MGI, 3.658.223 em janeiro de 2021 e 2.095.903 em julho de 2021.

Em dezembro de 2020, com a divulgação do Aviso aos Acionistas da CEMIG da declaração de Juros Sobre Capital Próprio – JCP, e em abril de 2021, com aprovação em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária da CEMIG, ocorreram ajustes nas quantidades de opções flexíveis e, conseqüentemente, tornou-se necessário realizar um empréstimo adicional de ações CMIG4 ao Credit Suisse, a fim de igualar o quantitativo de ações emprestadas à quantidade de opções. Também na já citada Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, foi aprovado uma bonificação de 11,496899948% em novas ações, gerando aumento de 1.227.491 ações CMIG4 (ii) no investimento da Companhia e distribuição de dividendos ocasionando aumento na quantidade de ações Cmig4. Toda a operação envolvendo empréstimo e devolução de ações por vencimento da 4ª e 5ª tranche, quantidades e valores, estão citadas na nota 7.e.

No último trimestre de 2020 ocorreu desdobramento de ações na COPASA, o qual triplicou a quantidade de ações e reduziu proporcionalmente o preço de mercado da ação.

Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em 31 de setembro de 2021 está representado por 14.000.106 ações preferenciais da Cemig (40 ações livres e 14.000.066 ações bloqueadas), 463.920 ações ordinárias da Copasa, 59.422 ações da Gerdau S.A., dentre outros investimentos, e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das informações contábeis intermediárias, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado (vide nota 23.1).

Notas Explicativas



A MGI, baseando-se no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, apurou no período resultado positivo de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG e GERDAU S.A., e resultado negativo na COPASA conforme detalhado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2020	Quantidade de ações em 30/09/2021	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Cotação em 30/09/2021 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2020	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 30/09/2021
CEMIG	7.018.489	7.018.489	14,56	14,03	(0,53)	102.189	-	(3.720)	98.469
CEMIG(i)	-	5.754.126	10,8177	14,03	3,2123	-	62.246	18.484	80.730
CEMIG(ii)	-	1.227.491	-	14,03	14,03	-	-	17.222	17.222
COPASA	463.920	463.920	16,40	13,80	(2,60)	7.609	-	(1.206)	6.403
GERDAU	59.422	59.422	24,45	27,10	3,8700	1.453	-	157	1.610
Totais						111.251	62.246	30.937	204.434

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 30/09/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 30/09/2020 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 30/09/2020
CEMIG	1.003.787	1.003.787	13,79	10,10	(3,69)	13.842	-	(3.704)	10.138
CEMIG	-	525.654	13,20	10,10	(3,10)	-	6.939	(1.630)	5.309
CEMIG	-	3.328.512	6,57	10,10	3,53	-	21.868	11.750	33.618
CEMIG	-	4.144.683	13,96	10,10	(3,86)	-	57.840	(15.979)	41.861
CEMIG	-	370.286	-	10,10	10,10	-	-	3.740	3.740
COPASA	154.640	154.640	67,99	46,73	(21,26)	10.514	-	(3.289)	7.226
GERDAU	59.422	59.422	20,00	20,80	0,80	1.188	-	47	1.236
Totais						25.544	86.647	(9.065)	103.128

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 31/12/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2020
CEMIG	1.003.787	1.003.787	13,79	14,56	0,77	13.842	-	773	14.615
CEMIG	-	1.870.019	6,57	14,56	7,99	-	12.286	14.941	27.227
CEMIG	-	4.144.683	13,96	14,56	0,60	-	57.840	2.507	60.347
COPASA	154.640	154.640	67,99	16,40	(51,59)	10.515	-	(7.978)	2.537
COPASA	-	309.280	0,00	16,40	16,40	-	-	5.072	5.072
GERDAU	59.422	59.422	20,00	24,45	4,45	1.189	-	264	1.453
Totais						25.546	70.126	15.579	111.251

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Notas Explicativas

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 12.b, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando ao aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Com as novas aquisições de ações e empréstimos adicionais, já mencionados acima, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

	30/09/2021	31/12/2020
Cemig – Livres	40	36
Cemig – Bloqueadas como garantia das Debêntures da 5ª Emissão	14.000.066	7.018.454
Cemig – Empréstadas (direitos creditórios - Vide nota 7.e)	87.061.380	83.622.140
	101.061.486	90.640.630

12 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 30 de setembro de 2021 estão assim evidenciados:

Tipo	Saldo em 31/12/2020	Movimenta- ção	Atualização	Amortização Principal	Amortização juros	Saldo em 30/09/2021
Debêntures Subordinadas						
Passivo circulante	-	1.100.485	8.079	-	-	1.108.564
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial						
Circulante		(143.395)	64.676			(78.719)
Passivo não circulante	1.085.473	(1.100.485)	15.012	-	-	-
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial não						
Circulante	(143.395)	143.395	-	-	-	-
Total	942.078	-	87.767	-	-	1.029.845
Debêntures 5ª emissão (c)						
Passivo circulante	62.387	47.848	27.932	(48.152)	(32.374)	57.641
Passivo não circulante	525.330	(47.848)	-	-	-	477.481
Total	587.717	-	27.932	(48.152)	(32.374)	535.122
TOTAL DE DEBÊNTURES	1.529.795	-	115.699	(48.152)	(32.374)	1.564.967
Passivo circulante	62.387	1.004.938	100.687	(48.152)	(32.374)	1.087.486
Passivo não circulante	1.467.408	(1.004.938)	15.012	-	-	477.481

a. Debêntures de 2ª Emissão - Subordinadas

Em 24 de julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos, o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022, sem previsão de amortizações intermediárias ordinárias, entretanto, poderão ser feitas amortizações extraordinárias, a critério da Emissora. Com o vencimento da debentures em prazo menor do que 12 meses, toda a operação referente à 2ª emissão foi transferida para o passivo circulante.

Notas Explicativas



A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como “Rompidos”, ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

b. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie simples, com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

O prazo de amortização das Debêntures da 5ª Emissão é de 204 meses a partir da data de emissão, com amortizações semestrais a partir de julho de 2019 e vencimento final em 12 de julho de 2032.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

A 5ª Emissão tem como principal “covenant” o Índice de Cobertura (IC), com algumas modificações em seu cálculo, para contemplar o “valor do hedge”, dado pelo produto da quantidade de opções de venda pelo preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%.

A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias úteis após o rompimento, sendo dispensada, dessa forma, da recomposição do IC no patamar mínimo de 185%.

A Companhia acompanha o fluxo de realização e efetua o cálculo deste índice, o qual foi atendido em 30 de setembro de 2021.

Notas Explicativas

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 14.000.066 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia (vide nota 11); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

13 Obrigações por repasses

		<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	8.326	8.587
Recursos da venda de imóveis de terceiros com EMG - partes relacionadas	b.	1.372	52
Créditos de terceiros	c.	219	623
Obrigações com EMG - partes relacionadas CP	d.	14.691	19.800
Obrigações com EMG - partes relacionadas LP	d.	2.160	2.160
Outras obrigações CP		267	267
Outras obrigações LP		67	267
		<u>27.102</u>	<u>31.756</u>
Circulante		24.875	29.329
Não Circulante		2.227	2.427

- a) Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas respeitando o limite do fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- b) Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- c) Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.
- d) Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos (R\$2.160), conforme descrito na nota 7 c., obrigações por repasse relativas a devoluções de saldo remanescente de convênios encerrados, abatidos os valores repassados a novos convênios (R\$14.634) e valores a repassar referente a rendimento de aplicação financeira nas vendas de imóveis (R\$57).

Notas Explicativas



14 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	30/09/2021	30/09/2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	26.000	(116.942)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	8.840	(39.760)
Receita de dividendos	(19.241)	(7.405)
Encargos Financeiros com opções	15.141	5.239
Provisão/Reversão para perda de investimentos	(1.396)	(202)
Impairment Direitos creditórios	(29.227)	(8.766)
Ajuste a valor justo (i)	19.484	46.901
Tributo diferido não constituído	6.399	3.993
Total Imposto de renda e contribuição social	-	-
Alíquota Efetiva	0%	0%
Base de cálculo negativa/Prejuízo Fiscal (a)	18.817	11.744

- i. Ajustes a valor justo referente às ações da Cemig, Opções Flexíveis de ações e Direitos de Créditos Autônomos conforme consta na Demonstração do Resultado e Nota 20, mais amortização do reconhecimento inicial dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 7.c) e Debêntures (nota 12).

a. Ativo fiscal diferido

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas desde o exercício de 2014 até 30 de setembro de 2021 assim como sobre diferenças temporárias, no valor total de R\$297.048, que seriam registrados no ativo diferido, não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios. A Companhia controla os saldos somente no Lalur, conforme recomenda o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

b. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados como por meio de outros resultados abrangentes conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2021	30/09/2020
Saldo acumulado bruto de diferenças temporárias	53.618	-
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	13.404	-
Contribuição social (9%)	4.826	-
Passivo fiscal diferido	18.230	-
 Passivo fiscal diferido – 31 de dezembro de 2020	 7.711	
Passivo fiscal diferido - 1º de janeiro de 2021	7.711	
 Outros Resultados Abrangentes	 30.937	
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	7.735	
Contribuição social (9%)	2.784	
Passivo fiscal diferido constituído (revertido)	10.519	
Ativo Fiscal diferido não constituído	-	
 Passivo fiscal diferido – 30 de setembro de 2021	 18.230	

Notas Explicativas



15. Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos do BDMG; (v) dividendos da Codemge; (vi) dividendos Cemig; (vii) dividendos Copasa.

		30/09/2021					
	Nota	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Ativos							
Circulante:		1.030.605	-	-	180	3	1.030.788
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a,b, c	1.030.605	-	-	180	3	1.030.788
Não Circulante:		-	-	-	-	-	-
Contas a receber	7.c, g	-	-	-	-	-	-
Passivos							
Circulante		1.124.627	-	-	-	-	1.124.627
Obrigações por Repasse	13.b.d	16.063	-	-	-	-	16.063
Debêntures 2ª emissão	12	1.108.564	-	-	-	-	1.108.564
Não Circulante		2.160	-	-	-	-	2.160
Debêntures 2ª emissão	12	-	-	-	-	-	-
Obrigações por Repasse	13	2.160	-	-	-	-	2.160

		30/09/2021					
		Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Receitas		1.018	55.445	-	438	4	56.905
Serviços Prestados	17	1.018	-	-	-	-	1.018
Participações Acionárias	17.b	-	55.445	-	438	4	55.887
Impairment	11	-	-	590	-	-	590
Outros Resultados Abrangentes	11	-	31.986	-	(1.206)	-	30.780
Custo com Debêntures 2ª Emissão	12	23.091	-	-	-	-	23.091

		31/12/2020				
	Nota	Estado de MG	Cemig	Copasa	Total	
Ativos						
Circulante:		9.472	-	-	9.472	
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a, b e c	9.472	-	-	9.472	
Não Circulante:		933.037	-	-	933.037	
Contas a receber	7.c	933.037	-	-	933.037	
Passivos						
Circulante		19.852	-	-	19.852	
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	
Obrigações por repasse	13.b.d	19.852	-	-	19.852	
Debêntures 2ª emissão		-	-	-	-	
Não Circulante		944.238	-	-	944.238	
Debêntures 2ª emissão	12	942.078	-	-	942.078	
Obrigações por repasse	13.d	2.160	-	-	2.160	

Notas Explicativas



		30/09/2020					
		Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Receitas		1.185	28.908	-	290	2	30.385
Serviços prestados	17	1.185	-	-		-	1.185
			28.908				
Participaçõesacionárias	17.b	-	-	-	290	2	29.200
Impairment	11	-	-	595	-	-	595
Outros Resultados			(5.823)				
Abrangentes	11			-	(3.289)	-	(9.112)
Custo com Debêntures 2ª							
Emissão	12	20.566	-	-	-	-	20.566

As operações da MGI com partes relacionadas observam as diretrizes definidas em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, especialmente os requisitos da competitividade, comutatividade, equidade, conformidade e transparência.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração acumulada do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	30/09/2021	30/09/2020
Diretoria	559	337
Conselho de Administração	198	219
Honorários	757	556

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

No exercício de 2021, a Companhia recebeu aporte de capital do seu acionista controlador, no montante de R\$38.731 (sem emissão de novas ações e cuja Assembleia Geral Extraordinária autorizando o aumento de capital aconteceu em 22 de dezembro de 2016), R\$17.000 em janeiro e R\$21.731 em julho, integralizando capital.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Sua composição acionária é a seguinte:

	Posição em 30/09/2021 e 31/12/2020	
	Quantidade de Ações	%
Acionistas		
Estado Minas Gerais	574.184.398	99,9557%
BDMG	165.323	0,0288%
CEMIG	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%
Total	574.438.888	100,0000%

Em 30 de setembro de 2021, seu capital social subscrito é de R\$3.542.798, sendo o capital social integralizado no montante de R\$3.243.219 e o capital social a integralizar no valor de R\$299.579.

Notas Explicativas

Parte desse Capital Social é composto por recursos aportados pelo acionista controlador, EMG, destinados a finalidades específicas: (i) o montante de R\$1.188.995 é destinado à promoção do desenvolvimento estadual por meio de convênios celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações; (ii) o valor de R\$828.856 foi aportado pela MGI na subsidiária EMIP, agora incorporada, para fins de pagamentos de contraprestações, em nome do Estado de Minas Gerais, aos parceiros privados no âmbito das PPPs.

Nesse sentido, para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou esses aportes de capital, sendo que desse total, o valor de R\$1.188.995 foi reclassificado da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não Circulante, pois os recursos originários dessa transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 30 de setembro de 2021 é R\$1.225.368 (R\$1.186.637 em 31 de dezembro de 2020).

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei, conforme sua Política de Distribuição de Dividendos.

e. Resultado líquido por ação básico e diluído

	30/09/2021	30/09/2020
Média da quantidade de ações (em milhares)	574.439	574.439
Resultado do período	26.000	(116.942)
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	45,26	(203,58)

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 30/09/2021 e 30/09/2020, sendo o resultado diluído equivalente ao resultado básico.

Notas Explicativas



17. Receitas

		30/09/2021	30/09/2020
Receitas de serviços		1.018	1.185
Receitas de recuperação de créditos		3.334	6.005
Receitas de atualização de créditos	a.	34.408	36.303
Receita de participação acionária	b.	57.165	29.311
Receitas de vendas de imóveis		66	151
Ajuste a valor justo de DCA	7c.	2.258	9.093
Impostos sobre serviços (ISS)		(51)	(59)
PIS/COFINS		(466)	(1.320)
Receita Total		97.732	80.669

		Jul a Set/2021	Jul a Set/2020
Receitas de serviços		472	133
Receitas de recuperação de créditos		549	816
Receitas de atualização de créditos	a.	13.684	10.412
Receita de participação acionária	b.	1.022	29.060
Receitas de vendas de imóveis		31	77
Ajuste a valor justo de DCA	7c.	507	1.854
Impostos sobre serviços (ISS)		(25)	(6)
PIS/COFINS		(137)	(768)
Receita Total		16.103	41.578

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, conforme segue:

	30/09/2021	30/09/2020
Cemig - parte relacionada	55.445	28.908
Copasa - parte relacionada	438	290
Gerdau	1.270	85
Bemge	8	26
Codemge - parte relacionada	4	2
Total	57.165	29.311

	Jul a Set/2021	Jul a Set/2020
Cemig – parte relacionada	-	28.908
Copasa - parte relacionada	199	77
Gerdau	813	49
Codemge – parte relacionada	7	-
Bemge – ex Acionistas	3	26
Total	1.022	29.060

Notas Explicativas



18. Custos

	30/09/2021	30/09/2020
Pessoal	1.898	2.206
Obrigações por repasse	1.512	3.553
Serviços de terceiros	537	869
Custas judiciais	313	82
Juros sobre debêntures	a 50.719	49.563
Encargos financeiros com opções	b 44.532	15.412
Amortização de custos de transação	304	304
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	64.676	55.839
Custos dos imóveis vendidos	c 60	107
Demais custos	67	56
Custos Total	164.618	127.991

	Jul a Set/2021	Jul a Set/2020
Pessoal	655	684
Obrigações por repasse	217	293
Serviços de terceiros	183	96
Custas judiciais	35	19
Juros sobre debêntures	a. 22.636	12814
Encargos financeiros com opções	b 21.431	676
Amortização de custos de transação	101	101
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	23.171	20.005
Custos dos imóveis vendidos	c. 12	69
Demais custos	22	12
Custos Total	68.463	34.769

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão) e Debêntures de 5ª Emissão.
b. Refere-se a valores pagos pelo exercício de opções flexíveis de compra (nota 8).
c. Refere-se ao custo dos imóveis incorporados da subsidiária EMIP e vendidos no exercício.

19. Receitas e despesas financeiras

	30/09/2021	30/09/2020
Receitas Financeiras		
Receitas aplicações financeiras	4.885	3.994
Receitas de atualização de créditos	672	1.103
Juros ativos	-	-
PIS/COFINS	(1.859)	(1.925)
	3.698	3.172
Despesas Financeiras		
IOF	(5)	(5)
Outras despesas	(2)	(6)
	(7)	(11)
Resultado Financeiro Líquido	3.691	3.161

Notas Explicativas

	<u>Jul a Set/2021</u>	<u>Jul a Set/2020</u>
Receitas Financeiras		
Receitas aplicações financeiras	2.473	772
Receitas de atualização de créditos	258	158
Juros ativos	-	-
PIS/COFINS	(763)	(527)
	<u>1.968</u>	<u>403</u>
Despesas Financeiras		
IOF	(2)	(2)
Outras despesas	(1)	-
	<u>(3)</u>	<u>(2)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>1.965</u>	<u>401</u>

20. Resultado de ajustes a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Ajustes a valor justo			
Ganho (perda) de AVJ ações da Cemig emprestadas	7.e	66.179	(279.262)
Ganho (perda) de AVJ das opções de venda	8	(16.448)	11.667
Ganho (perda) de AVJ das opções de compra	8	(47.945)	160.913
Ganho de AVJ dos Direitos de Crédito Autônomos	7c	3.325	15.485
		<u>5.111</u>	<u>(91.197)</u>

	<u>Nota</u>	<u>Jul a Set/2021</u>	<u>Jul a Set/2020</u>
Ajustes a valor justo			
Ganho (perda) de AVJ das ações da Cemig emprestadas	7.e	161.122	(50.046)
Ganho (perda) de AVJ das opções de venda	8	(10.975)	756
Ganho (perda) de AVJ das opções de compra	8	(158.568)	67.745
Ganho de AVJ dos Direitos de Crédito Autônomos	7c	(1)	11.369
		<u>(8.422)</u>	<u>29.824</u>

21. Convênios

No período compreendido entre outubro de 2013 e dezembro de 2015, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, vários aumentos de capital, totalizando o montante de R\$1.085.624, totalmente integralizado, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, com o objetivo de promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou novos aumentos de capital, no valor total de R\$218.806, dos quais já foi integralizado o montante de R\$103.371 até 30 de setembro de 2021, restando R\$115.435 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas



A MGI repassou aos convenientes, nos primeiros nove meses de 2021, o montante de R\$6.979 referente a parcelas de convênios e efetuou gastos com publicações oficiais de R\$8. Apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, através da prestação de contas, o valor de R\$733. Considerando as devoluções recebidas e efetuadas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que resultaram no valor de R\$2.559 no período, a variação líquida foi positiva em R\$5.161, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.169.201 em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.174.362 em 30 de setembro de 2021.

	31/12/2020	Movimentação			30/09/2021
Secretarias	Saldo inicial	Rendimentos	Devoluções	Repasse / Gastos com Fisc. Monit.	Saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.063	113	(32)	-	5.144
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.900	-	-	-	1.900
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.836	132	(1.167)	-	88.801
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.165	-	-	-	14.165
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	20.041	8	4	-	20.053
Secretaria de Estado de Infraest. e Mobilidade – SEINFRA	995.482	424	(1.364)	5.910	1.000.452
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.879	56	-	-	34.935
Sec. Est. Governo – SEGOV	4.235	-	-	1.077	5.312
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	-	3.600
	1.169.201	733	(2.559)	6.987	1.174.362

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

As Secretarias Intervenientes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) dos objetos conveniados. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente, via de regra, impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluída as análises pelas Intervenientes, os convênios são encaminhados à MGI para análise financeira conclusiva e julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo a Companhia, na referência de 30 de setembro de 2021, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor em R\$ mil
Convênios Vigentes	255	121.068
Vencidos com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	653	361.652
Vencidos com prestação de contas em análise na MGI	440	677.325
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	161	57.140
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	7	5.656
Prazo para apresentação de prestação de contas final está suspenso, conforme Decreto 47890/20	1	100
Aguardando decurso de prazo para apresentação	4	1.665
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.224.606
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações		192
(+) Rendimento de aplicação financeira – Repasse aplicado pela Conveniente		1.566
(-) Devoluções Recebidas e efetuadas		(52.002)
(=) Saldo de Convênios em 30/09/2021		1.174.362

Notas Explicativas



A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

Buscando segurança jurídica e análise de riscos relativos aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o regramento aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações etc.) para a realização do objeto dos convênios.

Nesse sentido, foi tratado pelos especialistas qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

- a) Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- b) Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- c) Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública.

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda em uma eventual defesa (remoto, possível e provável).

Em seu parecer, os especialistas afirmam que:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e artigo 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

- a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;
- b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;

Notas Explicativas



c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos. ”

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos dos ajustes contábeis nessas informações contábeis intermediárias, conforme apresentado abaixo:

	30/09/2021	Ajuste	30/09/2021 Divulgado		30/09/2021	Ajuste	30/09/2021 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	138.457	-	138.457	Obrigações por repasse - convênios	1.188.996	(1.174.362)	14.634
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.484.922	(1.174.362)	2.310.560	Outros	2.745.256	-	2.745.256
Outros	310.873	-	310.873				
Total do ativo	3.934.252	(1.174.362)	2.759.890	Total do passivo e PL	3.934.252	(1.174.362)	2.759.890

	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020 divulgado		31/12/2020	Ajuste	31/12/2020 divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	185.319	-	185.319	Obrigações por repasse - convênios	1.188.995	(1.169.201)	19.794
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.168.394	(1.169.201)	1.999.193	Outros	2.568.437	-	2.568.437
Outros	403.719	-	403.719				
Total do ativo	3.757.432	(1.169.201)	2.588.231	Total do passivo e PL	3.757.432	(1.169.201)	2.588.231

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

22. Contingências não provisionadas

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

a) Processos judiciais:

Os principais processos da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como

Notas Explicativas



possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil.

- Trata-se de Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, proposta contra a Companhia em 1990, cujo objeto é a anulação da transferência do controle acionário do Banco Agrimisa S/A à Góes Cohabita Participações Ltda. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (vide nota 7-e). O valor atualizado da causa é de R\$61.029, atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas informações contábeis intermediárias. Não foi efetuada provisão para perda desse saldo visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.
- Trata-se de execução provisória de honorários advocatícios nº 0914360-98.2003.8.13.0024, em 29 de agosto de 2003, proposta nos autos da Ação Popular nº 0024.90.666702-7, ainda pendente de julgamento definitivo. Foi deferido pedido de exclusão dos executados pessoas físicas Rubens de Azevedo Campelo, Luiz Fernando Gusmão Wellisch e Newton Cardoso. Suspensa até o julgamento final dos Recursos Extraordinários. Em caso de perda serão devidos os honorários advocatícios, a serem renegociados pela Companhia. O valor atualizado da causa é de R\$11.548 e está atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas informações contábeis intermediárias. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.
- Refere-se ao processo nº 7344228-80.2005.8.13.0024, proposto contra a Companhia em 24 de maio em 2005, cujo o objeto é a condenação no pagamento do valor atualizado de obrigações assumidas pela Companhia no contrato de compra e venda das ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A. (indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não-reembolsadas pela MGI), além de indenização por perdas e danos decorrentes desse inadimplemento contratual. A decisão judicial de segunda instância afastou a indenização por perdas e danos, manteve a condenação da MGI no pagamento das indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não reembolsadas pela MGI e expressamente determinou a compensação de créditos e débitos entre a MGI e a Góes Cohabita Participações Ltda. A compensação seria entre o valor da condenação atualizada aproximadamente em R\$ 189.240, e os créditos referentes a duas ações de execução contra a Góes - Nº 0761072-14.1995.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 471.740 e Nº 0217879-64.1999.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 31.757. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível, e o crédito supera o débito quando da compensação.

b) Processos administrativos:

A Companhia é classificada como grande contribuinte pela Receita Federal, com isso, faz parte de empresas que são acompanhadas por monitoramento diferenciado. Em dezembro de 2020, a Auditoria da RFB nos solicitou, através de Termo de Constatação e Solicitação de Providências, a elaboração de retificação das Demonstrações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e das Escriturações Digitais das Contribuições Sociais (EFD Contribuições) do período de janeiro de 2017 a novembro de 2020, com o entendimento de que a Companhia apurou o PIS e COFINS sobre a Receita de Atualização de Direitos de Créditos Autônomos (Nota 17.a), utilizando alíquotas de Receita Financeira (4,65%), porém conforme entendimento do Auditor da RFB, deveria utilizar as alíquotas de contribuições sobre Receita Operacional (9,25%). Solicitou também que aplicasse para os períodos futuros a alíquota de Receita Operacional para a citada Receita. Tal procedimento acarretaria em confissão de dívida tributária estimada em R\$18.022 e aumento da carga tributária. Discutido o assunto internamente, a Companhia concluiu por discordar dos argumentos apresentados pelo Auditor Fiscal decidindo, por meio de sua

Notas Explicativas



Assessoria Jurídica, apresentar Manifestação de Inconformidade contestando os argumentos do Auditor Tributário Federal e agora aguarda o seu deferimento. A assessoria jurídica da Companhia entende que o risco de perda é considerado possível.

23. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis intermediárias.

No período findo em 30 de setembro de 2021, não ocorreram alterações na política de gerenciamento de riscos da Companhia.

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do COVID 19 encontra-se apresentada ao longo das informações contábeis intermediárias. Adicionalmente, as análises de sensibilidade aos riscos de mercado apresentados nessa nota explicativa, que incluem os impactos das variações de taxas de juros e preços de ações nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros, já consideram o atual cenário causado pela pandemia.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi estabelecida com base no seu Estatuto Social e em sua Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão. Essa política define as diretrizes a serem observadas para a gestão de riscos, controles internos e integridade.

A MGI adota o modelo das 3 linhas de defesa proposto pela Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA:

1ª linha de defesa: a primeira linha de defesa é composta pelas unidades gerenciais, competindo-lhes, entre outras atribuições manter controles internos eficazes, implementar ações corretivas para procedimentos e controles, conduzir, diariamente, procedimentos de riscos e controles inerentes a suas atividades e zelar pela aderência da equipe aos dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis à sua unidade.

2ª linha de defesa: a segunda linha de defesa é formada pelo Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos, unidade interna de governança com previsão estatutária e dotada de autonomia e independência para atuar nas atividades de conformidade, gestão de riscos e controles internos. A essa unidade compete, entre outras atribuições, elaborar modelos e mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, alinhados ao perfil de riscos e aos objetivos estratégicos da Companhia, coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos

Notas Explicativas



a que a Companhia está sujeita, propor o aprimoramento de políticas, diretrizes e normas complementares, monitorar as atividades da 1ª linha de defesa e reportar à Diretoria Executiva e, quando necessário, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia.

3ª linha de defesa: a 3ª linha de defesa é composta pela Gerência de Auditoria Interna, a quem compete, entre outras atribuições, avaliar, de forma independente, a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gestão de riscos e controles internos. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Responsabilidade dos órgãos estatutários no âmbito da Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão:

Diretoria Executiva: institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos, com a adequada alocação de recursos humanos e financeiros, patrocinar a disseminação da cultura da integridade, gestão de riscos e controles internos, supervisionar o mapeamento e avaliação de riscos que possam comprometer a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e propor ao Conselho de Administração o perfil de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário: supervisionar as atividades desenvolvidas na unidade de auditoria interna, avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, bem como a adequação dos mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, recomendar a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos.

Conselho de Administração: definir o perfil de riscos da Companhia, em alinhamento com os objetivos estratégicos e os interesses dos acionistas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a MGI, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, aprovar as políticas e normas de gestão da integridade, riscos e controles internos e suas revisões.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos da Companhia é realizado com a participação de todos os colaboradores e coordenação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos. A avaliação de riscos é realizada com base em matriz de calor, em que o risco é avaliado como baixo, médio, alto ou extremo, com base nos eixos de probabilidade e de impacto.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros:

(i) Direitos de Crédito Autônomos (nota 7.c)

Os Direitos de Crédito Autônomos apresentam um risco de crédito com alto grau de probabilidade, uma vez que, pela própria natureza da carteira, composta por parcelamentos de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, existe uma tendência de aumento da inadimplência ao longo do tempo.

O impacto desse risco seria a insuficiência de recursos para liquidação das debêntures subordinadas, emitidas para aquisição da carteira, uma vez que a terceira emissão de debêntures, também vinculada aos direitos creditórios, foi liquidada em 2017. A escritura de emissão das debêntures subordinadas prevê a possibilidade de liquidação

Notas Explicativas



mediante dação em pagamento do saldo da carteira, sendo que, em caso de resgate antecipado, a diferença entre o saldo credor da carteira e o saldo devedor das debêntures subordinadas será computado como prêmio pago pela Emissora. Nesse caso, o impacto para a Companhia será meramente contábil, pois não haverá desembolso financeiro.

A fim de assegurar a fidedignidade das informações contábeis intermediárias, a Companhia apura, trimestralmente, o valor justo da carteira, levando em consideração a estimativa de perda ao valor recuperável, a amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial e o prêmio previsto no caso de resgate antecipado das debêntures subordinadas.

(ii) Créditos a receber – Góes Cohabita – nota 7.d

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização.

(iii) Outras contas a receber

As demais contas a receber da Companhia, detalhadas na nota 7, não possuem grau de impacto ou de probabilidade que configurem um risco de crédito relevante.

(iv) Ativos financeiros (notas 5, 6, 7.e e 8)

Os ativos financeiros da Companhia são compostos por contas correntes, aplicações financeiras constituídas por Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimento em Renda Fixa, com liquidez e rentabilidade diárias, e opções flexíveis de venda sobre ações preferenciais de emissão da Cemig.

A Companhia avalia os riscos desses ativos como baixos, com base na natureza de cada ativo e no rating das instituições financeiras em que esses ativos são mantidos, conforme descrito abaixo:

Perfil dos Ativos Financeiros					
Ativo	Posição em 30/09/2021	Posição em 31/12/2020	Instituição Financeira	Rating Atual	Agência
Caixa MGI	-	2	N/A	N/A	N/A
Conta Corrente	9	126	Itaú	Aa1	Moody's
Conta Corrente	25	-	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	5.084	12.082	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	45.175	13.079	Itaú	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	9	10	Caixa Econômica Federal	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	135.439	177.945	Banco Credit Suisse Brasil	(*)	N/A
Opções Flexíveis de Venda	9.409	25.857	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento	(*)	N/A
Direitos Creditórios - Empréstimo de ações	1.221.471	1.217.538	Banco de Investimentos Credit Suisse	AAA	Fitch
Total	1.416.621	1.446.639			

(*) Não foi localizada avaliação de rating do Banco Credit Suisse Brasil e do Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento, porém, o Conglomerado Credit Suisse no Brasil é uma instituição financeira reconhecida e consolidada e possui ótimo Índice de Basileia (13,83% em 31 de dezembro de 2020).

Destacamos que a Companhia encerrou sua conta na instituição Mercantil do Brasil, de modo que, atualmente, todas as contas correntes e aplicações financeiras da MGI estão em bancos com rating Aa1 pela Agência Moody's.

Notas Explicativas

**d. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras, que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Período findo em 30/09/2021						
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	206	-	-	-	-	206
Debêntures Subordinadas	-	-	1.029.845	-	-	1.029.845
Debêntures 5ª Emissão	-	-	57.641	240.760	236.721	535.122
Obrigações por repasse	-	267	24.608	2.227	-	27.102
Contrato de opções flexíveis	-	-	65.295	383.088	82.598	530.981
Total	206	267	1.177.389	626.075	319.319	2.123.256

Exercício findo em 31/12/2020						
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	186	-	-	-	-	186
Debêntures Subordinadas	-	-	-	942.078	-	942.078
Debêntures 5ª Emissão	-	-	62.387	240.760	284.570	587.717
Obrigações por repasse	-	267	29.062	2.427	-	31.756
Contrato de opções flexíveis	-	21.944	23.926	297.935	139.231	483.036
Total	186	22.211	115.375	1.483.200	423.801	2.044.773

A MGI realiza, periodicamente, análise de liquidez da Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta suficiência de recursos para cumprimento de obrigações de curto e de longo prazo. O índice de liquidez geral, que mede a capacidade da Companhia para quitar a totalidade de suas obrigações, é de 1,18 na posição de 30 de setembro de 2021 (1,19 em 31 de dezembro de 2020). Isso significa que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Total, a Companhia possui R\$1,18 no seu Ativo (excluídos os valores de investimentos, imobilizado e intangível). Já o índice de liquidez seca, que mede a capacidade de honrar as obrigações de curto prazo, é de 1,17 em 30 de setembro de 2021 (2,05 em 31 de dezembro de 2020), o que indica que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Circulante, a Companhia possui R\$1,17 no Ativo Circulante (excluídos os imóveis mantidos para a venda). A análise realizada é qualitativa e quantitativa. Em relação aos ativos vinculados a obrigações específicas, o cálculo dos índices de liquidez reflete a correta proporção entre ativo e passivo circulante e não circulante.

Os passivos da Companhia mais suscetíveis a riscos de liquidez são as debêntures de 5ª emissão e as opções flexíveis de compra, tendo em vista que a principal receita para cumprimento dessas obrigações são os proventos recebidos da CEMIG, que é uma variável exógena à Companhia, e que o valor de liquidação das opções é atrelado a variáveis de mercado. Em que pese os indicadores de liquidez mostrarem-se satisfatórios até o momento, a Companhia monitora continuamente os riscos de liquidez, em conjunto com os riscos de mercado, para definir a melhor estratégia de mitigação desses riscos a longo prazo.

As debêntures subordinadas não apresentam risco de liquidez, uma vez que poderão ser quitadas mediante dação

Notas Explicativas



em pagamento da carteira de Direitos de Crédito Autônomos.

e. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco relativo a alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia avalia, separadamente, seus riscos relacionados ao mercado de capitais e os riscos relacionados a taxas de juros, os quais serão descritos a seguir. A MGI não possui riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

f. *Risco relacionado ao mercado de capitais*

Os riscos de mercado mais relevantes para a Companhia são as variações na cotação das ações preferenciais de emissão da Cemig (“CMIG4”), bem como o *dividend yield* dessas ações, que interferem nos parâmetros das opções flexíveis sobre ações, no Índice de Cobertura da 5ª emissão de debêntures e no retorno obtido sobre a participação acionária.

A Companhia apura, trimestralmente, o valor justo das opções de compra e venda e vem monitorando o risco de mercado com base em análise de cenários, de modo que a Administração possa tomar as melhores decisões em relação aos riscos e oportunidades vinculados a esses instrumentos.

g. *Risco relacionado à taxa de juros*

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	30/09/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	47.250	17.797
Aplicações financeiras vinculadas	138.457	185.319
Total de direitos creditórios (a)	1.029.846	942.079
Debêntures	(1.564.967)	(1.529.795)
Saldo líquido de exposição	(349.414)	(384.600)

- (a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDIs e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o “Total de direitos creditórios” nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

Conforme se infere do saldo líquido de exposição, a Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros representada pelo CDI.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de

Notas Explicativas



25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela B3 em 30 de setembro de 2021, apurando-se o impacto nas despesas financeiras atreladas à taxa de juros, subtraídas as receitas financeiras atreladas ao mesmo indexador, no período de 1 ano, conforme segue:

(Aumento das despesas financeiras líquidas - em milhares de reais)				
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Aumento do CDI	-	5.372	10.744
Premissas para a análise de sensibilidade:				
Variável de risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.) *		6.15	7.69	9.23

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

A Administração considera que o risco relativo à taxa de juros vigentes encontra-se em um patamar aceitável e a taxa de juros está bem próxima à projetada pelo Relatório de Mercado Focus divulgado em 01 de outubro de 2021, no qual a projeção da Selic para 12 meses é de 8,50%.

h. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em Instrumentos Patrimoniais, ações da CEMIG, COPASA e GERDAU, listados na Bolsa de Valores de São Paulo, classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, sob custódia e emprestadas, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 2,19% do Patrimônio Líquido da Companhia em 30 de setembro de 2021, e para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,01%.

Instrumentos Patrimoniais	Valor justo em 30/09/2021	Variação de um ponto percentual na cotação	Impacto no PL (%)
Cemig	196.421	1.296	0,2103
Copasa	6.403	42	0,0068
Cemig Emprestadas	1.221.471	12.215	1,9812
Gerdau	1.610	11	0,0017

Notas Explicativas



Em relação aos contratos de opções flexíveis sobre ações da CEMIG, a alta da cotação é prejudicial à Companhia, pois aumenta as chances de que a MGI pague pelas opções de compra e reduz a possibilidade de recebimento pelas opções de venda. A Companhia avaliou o impacto do aumento da cotação das ações sobre os valores a pagar ou a receber pelos contratos de opções no período de 12 meses, mantendo-se constantes todas as demais variáveis. Foi considerado, como cenário provável, a cotação média da ação nos últimos 10 pregões que antecederam a data-base dessas demonstrações. Para os cenários II e III, considerou-se aumentos de 25% e de 50%, respectivamente, sobre essa cotação média.

Análise de sensibilidade dos valores a pagar e a receber, em 12 meses, relativos aos contratos de opções flexíveis				Cenário (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
				14,03	17,54	21,05
Opções de Compra	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 30 de setembro de 2021	Aumento (redução) do valor a pagar em 12 meses		
Tranche vinculada em 13/07/2021	6.218.669	8,71	32.583	500	22.328	44.155
Tranche vinculada em 13/01/2022	6.218.669	8,71	32.712	371	22.199	44.026
Total			65.295	871	44.527	88.181
Opções de Venda	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 30 de setembro de 2021	Aumento (redução) do valor a receber em 12 meses		
Tranche vinculada em 13/07/2021	6.218.669	4,27	-	-	-	-
Tranche vinculada em 13/01/2022	6.218.669	4,27	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

j. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

Na posição de 30 de setembro de 2021, o capital de terceiros representa 348% do Patrimônio Líquido da Companhia. No período ocorreu alteração significativa em relação à posição consolidada de 31 de dezembro de 2020, quando esse índice era de 387%, devido principalmente ao ganho de AVJ devido a bonificação da Cemig e a Receita de Distribuição de Dividendos ocorridos em abril de 2021.

Apresentamos, abaixo, a natureza do passivo da Companhia:

Natureza	Nota	Capital de terceiros			
		30/09/2021	%	31/12/2020	%
Passivo circulante					
Passivo Operacional (*)		26.980	1,3	33.906	1,6
Opções Flexíveis de Compra	8	65.295	3,0	45.870	2,2
Debêntures subordinadas (2ª emissão)	12	1.029.845	48,0	-	-
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	57.641	2,7	62.387	3,0
Subtotal Passivo Circulante		1.179.761	55,0	142.163	6,9
Passivo não circulante					
Passivo Operacional (*)		20.457	1,0	10.138	0,5
Opções Flexíveis de Compra	8	465.686	21,7	437.166	21,3
Debêntures subordinadas (2ª emissão)	12	-	-	942.078	45,8
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	477.481	22,3	525.330	25,5
Subtotal Passivo não circulante		963.624	45,0	1.914.712	93,1
Passivo Total		2.143.385	100,0	2.056.875	100,0

(*) O passivo operacional é composto por fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse e passivo fiscal diferido.

Notas Explicativas



k. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Com a implementação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos e a adoção do Modelo das Três Linhas de Defesa, a Companhia passou a adotar práticas mais estruturadas e sistêmicas de Gerenciamento de Riscos e Compliance, buscando assegurar que os riscos sejam mantidos em patamares aceitáveis.

As práticas incluem a identificação, análise e avaliação de riscos, definição de resposta aos riscos, implementação ou aprimoramento de políticas, procedimentos e controles internos, monitoramento, comunicação e treinamento.

Em razão da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia elaborou plano de contingência com o intuito de proteger a saúde de seus colaboradores, e, ao mesmo tempo, manter suas atividades operacionais e administrativas em pleno funcionamento. Aderindo às recomendações do Comitê Extraordinário COVID-19, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Companhia implementou gradativamente o regime de teletrabalho para os seus colaboradores a partir de 16 de março de 2020, com gradual adesão, a começar pelos grupos mais vulneráveis ao risco. Na data de divulgação dessas informações, a adesão ao regime de teletrabalho corresponde a cerca de 70% do quadro de colaboradores, com retomada gradual da atividade presencial na Companhia, observando ao Plano de enfrentamento a epidemia, Minas Consciente e observando suas recomendações e protocolos. Por meio de tecnologias de trabalho remoto e comunicação virtual, a Companhia vem mantendo suas operações em pleno funcionamento.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ao Custo Amortizado	1.275.030	1.275.030	1.174.925	1.174.925
Caixa e equivalente de caixa	47.284	47.284	17.925	17.925
Títulos e valores mobiliários	138.457	138.457	185.319	185.319
Contas a receber de clientes (exceto DCA e Credit)	59.443	59.443	29.602	29.602
Direitos de Créditos Autônomos - DCA	1.029.846	1.029.846	942.079	942.079
Ao Valor Justo por meio do resultado	1.230.880	1.230.880	1.243.395	1.243.395
Direitos Creditórios Credit Suisse	1.221.471	1.221.471	1.217.538	1.217.538
Contratos de opções flexíveis	9.409	9.409	25.857	25.857
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	227.574	227.574	130.307	130.307
Outros investimentos	227.574	227.574	130.307	130.307
Passivo Financeiro ao custo amortizado	1.592.275	1.592.275	1.561.737	1.561.737
Fornecedores	206	206	186	186
Obrigações por repasse	27.102	27.102	31.756	31.756
Debêntures	1.564.967	1.564.967	1.529.795	1.529.795
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	530.981	530.981	483.036	483.036
Contratos de opções flexíveis	530.981	530.981	483.036	483.036

Notas Explicativas



Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Contas a receber de clientes e Direitos de créditos autônomos** - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Fornecedores** - são obrigações financeiras com prestadores de serviço e fornecedores de materiais. Reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente.
- **Debêntures** – são títulos de dívida que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. Com relação às debêntures subordinadas, foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo e após são mensuradas ao custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos. Para as debêntures de 5ª emissão, a Companhia considerou o valor justo substancialmente igual ao contábil.
- **Obrigação por repasse**-as obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012, do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustadas ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.

Notas Explicativas



- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em conformidade com as características e perfil de risco associados à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

1. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Ativos financeiros designados ao valor justo	Nota	Saldo em 30/09/2021	Valor justo em 30 de setembro de 2021	
			Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)
Contas a receber - Credit Suisse	7.e	1.221.471	1.221.471	-
Contratos de opções flexíveis	8	9.409	9.409	-
Investimentos em Cias Abertas - Cemig, Copasa e Gerdau S.A.	11	204.434	204.434	-
Investimentos em Cias Fechadas - Grupo Gerdau, Codemge e BDMG	11	23.140	-	23.140
		1.458.454	1.435.314	23.140

Notas Explicativas



A nota explicativa 11 apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Codemge e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, consequentemente, os preços de mercado de suas ações não estão disponíveis. Para esses investimentos, a Companhia executa os seguintes procedimentos para assegurar que os valores contabilizados não excedem o seu valor recuperável: (a) para empresas que publicam suas informações contábeis intermediárias, a mensuração é feita por meio de consulta às DF's publicadas. (b) para empresas que não publicam suas demonstrações financeiras, é realizada consulta ao departamento de relações com investidores para se obter o valor patrimonial das ações. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo histórico, limitado ao seu valor patrimonial atual, pois é a forma mais confiável para estimar o seu valor justo.

24. Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2021, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	30/09/2021	31/12/2020
Responsabilidade Civil	3.000	3.000
Patrimonial	-	1.400
TOTAL	3.000	4.400

As premissas de riscos adotadas pela Companhia para contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

25. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que as principais atividades desempenhadas pela Companhia atualmente, em atendimento ao interesse coletivo, é a gestão de ativos, que compreende a recuperação de créditos e a administração e a alienação de bens imóveis, abrangendo:

- (a) Ativos próprios adquiridos pela MGI por meio de contrato de cessão com os bancos privatizados BEMGE e CREDIREAL e pela incorporação da EMIP, correspondentes a 22.770 créditos e 49 imóveis, que geraram receitas de R\$3.400 no período.
- (b) Ativos do Estado de Minas Gerais administrados pela Companhia mediante contratos de prestação de serviços. Atualmente, a Companhia administra 1.411 créditos em liquidação e 819 imóveis recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Minascaixa e da privatização dos bancos Bemge e Credireal, bem como 87 imóveis não de uso, de propriedade da administração direta do EMG. No período dessas informações contábeis intermediárias, a MGI repassou ao EMG o montante de R\$51.248 referente a recuperação de créditos e venda de imóveis, propiciando arrecadação de receitas para os cofres públicos e redução das despesas inerentes a esses ativos.

Notas Explicativas



Outras atividades desempenhadas pela Companhia para a consecução do interesse coletivo são a emissão de debêntures subordinadas (Nota 12) com recursos utilizados para compra de direitos de crédito autônomos do Estado de Minas Gerais (Nota 7.c), debêntures simples de quinta emissão (Nota 6 e 12), que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do Estado de Minas Gerais, e promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Conselho de Administração

Fabio Rodrigo Amaral de Assunção - Presidente
Andresa Linhares de Oliveira Nunes - Vice-Presidente
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Membro
Andrea Riechert Senko - Membro
Ricardo Lopes de Alvarenga - Membro
Silvia Caroline Listgarten Dias – Membro
Marcos Antônio Alves Penido - Membro

Diretoria Executiva

Weverton Vilas Boas de Castro - Diretor-Presidente
Nilma Alves dos Santos Gonçalves - Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores
Danielle Cristine de Faria - Diretor de Negócios

Contador responsável

Jefferson Lucas de Melo
CRC/MG 110.042/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas e Administradores da
MGI Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 11 de novembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Bruno Costa Oliveira
Contador CRC-1BA031359/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais individuais do período findo em 30 de setembro de 2021.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2021.

Weverton Vilas Boas de Castro
Diretor Presidente

Nilma Alves dos Santos
Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, referente às informações trimestrais individuais do período findo em 30 de setembro de 2021.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2021.

Weverton Vilas Boas de Castro
Diretor Presidente

Nilma Alves dos Santos
Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores